

Sandra Isabel Correia Diogo Rodrigues

**OS CONTRIBUTOS DA ADAPTABILIDADE, COESÃO E
COPARENTALIDADE NA PROMOÇÃO DA
RESILIÊNCIA FAMILIAR
- CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS -**



2019

Sandra Isabel Correia Diogo Rodrigues

**OS CONTRIBUTOS DA ADAPTABILIDADE, COESÃO E
COPARENTALIDADE NA PROMOÇÃO DA
RESILIÊNCIA FAMILIAR
- CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS -**

Mestrado em Psicologia da Educação
Trabalho efetuado sobre a orientação de:
Professora Doutora Maria Helena Martins



2019

O Contributo da Adaptabilidade, Coesão e Coparentalidade na Promoção de Resiliência Familiar - Crianças com Necessidades Educativas -

Declaração de autoria de trabalho:

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam na listagem de referências incluída.

(Sandra Isabel Correia Diogo Rodrigues)

Copyright © 2019 por Sandra Isabel Correia Diogo Rodrigues. Universidade do Algarve.
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Começo por dizer que este sempre foi um objetivo pessoal muito desejado e hoje, a concretização de mais uma etapa importante na minha vida!

Chegar até aqui não foi fácil, foram muitas horas de trabalho, dedicação e cansaço, sacrificando muitos momentos familiares, muitas noites de sono e preocupações, em que seria mais fácil desistir..., mas a minha força de vontade superou tudo isso e orgulho-me da minha determinação e perseverança para conseguir atingir este objetivo!

Quero deixar aqui algumas palavras de agradecimento às pessoas que acompanharam o meu percurso e acreditaram sempre em mim!

Em primeiro lugar, à minha família, aos meus pais, filhos e esposo, os meus pilares, pois sem eles nada disto tinha sido possível, pelo apoio, paciência, amor, carinho e compreensão, por confiarem e respeitarem o meu trabalho e as minhas ausências e me darem a oportunidade de crescer, estarei-lhes eternamente grata! Amo-vos de coração!

Ao meu irmão, Carlos, um ser muito especial e importante para mim, que sempre esteve aqui, comigo!

À Professora Doutora Maria Helena Martins, minha orientadora, por toda a compreensão e orientação demonstradas, pois ajudou-me a desenvolver a capacidade para fazer melhor, permitindo-me elevar os conhecimentos científicos!

À minha orientadora externa, Dra. Carla Tomás, por me ter orientado e apoiado sempre que lhe solicitei e pelo carinho especial demonstrado!

À Dra. Carla Pinto e à Direção do Agrupamento de Escolas ESPAMOL por me terem disponibilizado o acesso para a recolha da amostra!

Agradeço ainda, a todas as famílias que aceitaram participar neste estudo e sem as quais não seria possível desenvolver esta investigação!

À Inês, minha colega, pelo apoio e motivação sempre que as forças me faltavam!

Por último, quero dedicar este trabalho aos meus filhos, Carolina e Rodrigo, seres especiais da minha vida, que estiveram muitas horas sem a mãe para que fosse possível concretizar este trabalho! Pela paciência, compreensão e por tudo, um obrigada muito especial, pois são a força que me motiva, a minha luz e o meu maior orgulho!...agora, e como prometido, vou compensá-los das horas sem a mamy! Amo-vos incondicionalmente!

Por tudo e por todos, expresso eternamente a minha gratidão!

Resumo

A parentalidade é um dos acontecimentos mais importantes no ciclo vital da família uma vez que a chegada de um filho acarreta novos papéis na vida do casal, implicando mudanças e adaptações.

O nascimento de um filho com necessidades educativas (NE), implica um ajustamento às suas necessidades e uma adaptação à nova realidade, no entanto, nem todas as famílias reagem do mesmo modo. Enquanto umas se podem desintegrar perante as adversidades sentidas, outras podem mesmo fortalecer-se e conseguir desenvolver estratégias de enfrentamento bem-adaptadas e satisfatórias.

Para que possa existir uma adaptação saudável a este acontecimento a família terá que se unir e utilizar os mecanismos individuais e familiares disponíveis que tem ao seu alcance, como a coesão, a adaptabilidade e a coparentalidade para poder ultrapassar as adversidades, desenvolver resiliência e reorganizar a sua estrutura, não se deixando afetar pelo conflito.

Esta investigação pretende como objetivo geral analisar os efeitos da coesão, adaptabilidade, coparentalidade e resiliência em pais e mães de crianças com NE. Participaram neste estudo, descritivo e correlacional, 85 sujeitos ($N = 85$), sendo 32 pais ($n = 32$) e 53 mães ($n = 53$), com idades compreendidas entre os 24 e os 59 anos de idade ($M = 38.22$; $DP = 6.41$), casados ou em união de facto, solteiros, divorciados e viúvos com filhos com NE.

Os resultados revelaram que os pais de crianças com NE apresentam níveis elevados de coesão, coparentalidade e resiliência, no entanto verificam-se níveis mais baixos de adaptabilidade, que se traduzem numa menor flexibilidade familiar. No presente estudo a resiliência apresenta-se correlacionada com a coesão e a adaptabilidade, ou seja, quanto mais coesas e adaptadas maior a resiliência das famílias e vice-versa e a coparentalidade não apresenta correlações significativas com nenhuma destas variáveis.

Face aos resultados obtidos constata-se que, estes pais de crianças com NE conseguiram desenvolver mecanismos e recursos que os ajudam a enfrentar situações de crise e adversidade equilibrando a dinâmica familiar.

Palavras-chave: Família; Necessidades Educativas; Coesão; Adaptabilidade; Coparentalidade; Resiliência.

Abstract

Parenting is one of the most important events in the family life cycle as the arrival of a child entails new roles in the couple's life, implying changes and adaptations.

The birth of a child with educational needs implies an adjustment to their needs and an adaptation to the new reality, however, not all families react in the same way, while some may disintegrate in the face of perceived adversity, others may even strengthen and be able to develop well-adapted and satisfactory coping strategies.

For a healthy adaptation to this event to exist, the family will have to come together and use the available individual and family mechanisms at its disposal, such as cohesion, adaptability and coparenting in order to overcome adversity, develop resilience and reorganize the family structure, not being affected by the conflict.

This research aims to analyze the effects of cohesion, adaptability, coparenting and resilience in fathers and mothers of children with NE. Participated in this study, descriptive and correlational, 85 subjects, 32 fathers and 53 mothers, aged between 24 and 59 years old ($M = 38.22$; $SD = 6.41$), married or in fact, single, divorced and widowers with children with NE.

The results revealed that parents of children with NE have high levels of cohesion, coparenting and resilience, but there are lower levels of adaptability, which translates into less family flexibility. In the present study, resilience is correlated with cohesion and adaptability, that is, the more cohesive and adapted the greater the resilience of families and vice-versa, and coparenting does not present significant correlations with any of these variables.

In view of the results obtained, it can be seen that these parents of children with NE have been able to develop mechanisms and resources that help them cope with crisis and adversity situations by balancing family dynamics.

Keywords: Family; Educational needs; Cohesion; Adaptability; Coparenting; Resilience.

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
INTRODUÇÃO.....	1
I PARTE – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
Capítulo 1 – A Família e a Criança com Necessidades Educativas.....	4
1.1. A Família como Sistema	4
1.2. As Necessidades Educativas.....	7
1.3. A Família das Crianças com Necessidades Educativas.....	10
Capítulo 2 – Fatores promotores de Resiliência.....	15
2.1. A Coesão e a Adaptabilidade familiar.....	15
2.2. A Coparentalidade e o funcionamento familiar.....	20
2.3. A Resiliência nas Famílias.....	26
II PARTE – ESTUDO EMPÍRICO.....	30
Capítulo 3 – Definição da Problemática, Objetivos e Metodologia.....	31
3.1. Objetivo geral e objetivos específicos.....	32
3.2. Metodologia.....	33
3.2.1. Tipo de estudo e variáveis de investigação.....	33
3.2.2. Seleção da amostra.....	33
3.2.3. Caracterização da amostra.....	33
3.3. Instrumentos.....	35
3.3.1. Questionário de Dados Sociodemográficos.....	35
3.3.2. Questionário de Coparentalidade.....	36
3.3.3. <i>Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale</i> – Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar (FACES III).....	37
3.3.4. <i>Measuring State Resilience (MSR)</i>	38
3.3.5. <i>Family Resilience Assessment Scale (FRAS)</i>	39
3.4. Procedimentos de recolha e tratamento de dados.....	40
Capítulo 4 – Apresentação dos Resultados.....	43
4.1. Análise Descritiva.....	43
4.1.1. Coesão e Adaptabilidade familiar.....	43

4.1.2. Coparentalidade.....	45
4.1.3. Resiliência.....	48
4.2. Influência das variáveis sociodemográficas na Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência	49
4.2.1. Comparação entre pais e mães de crianças com NE.....	49
4.2.2. Comparação entre pais e mães de crianças com NE do gênero masculino e feminino.....	50
4.2.3. Comparação entre pais empregados e desempregados.....	51
4.2.4. Correlação entre Resiliência, Coparentalidade, Coesão e Adaptabilidade e as variáveis sociodemográficas.....	52
4.3. Relação entre Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência.....	53
4.3.1. Relação entre coesão, adaptabilidade e coparentalidade.....	53
4.3.2. Relação entre coesão, adaptabilidade e resiliência.....	54
4.3.3. Correlação entre coparentalidade e resiliência.....	55
4.3.4. Correlação entre as dimensões da resiliência individual e da resiliência familiar.....	56
4.3.5. Impacto das variáveis sociodemográficas, na Coesão e Adaptabilidade, na Resiliência.....	57
Capítulo 5 – Discussão dos Resultados.....	58
5.1. Caracterização das famílias relativamente à Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência.....	58
5.2. Influência das variáveis sociodemográficos na Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência.....	61
5.3. Relação entre Resiliência, Coparentalidade, Coesão e Adaptabilidade.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
Referências Bibliográficas.....	70
Apêndices.....	82
Anexos.....	92

Tabela 3.1. Caracterização da amostra.....	34
Tabela 3.2. Tipos de família segundo as pontuações obtidas na FACES III.....	37
Tabela 4.3. Estatística Descritiva (<i>M, DP, Min e Max</i>) para os itens da FACES III.....	44
Tabela 4.4. Frequências segundo o tipo de família para as dimensões coesão e adaptabilidade.....	45
Tabela 4.5. Frequências segundo o tipo de família.....	45
Tabela 4.6. Estatística Descritiva (<i>M, DP, Min e Max</i>) para os itens do Questionário de Coparentalidade.....	46
Tabela 4.7. Estatística Descritiva (<i>M, DP, Min e Max</i>) para as dimensões do Questionário de Coparentalidade.....	47
Tabela 4.8. Estatística Descritiva (<i>M, DP, Min e Max</i>) para os itens da Escala MSR....	48
Tabela 4.9. Estatística Descritiva (<i>M, DP, Min e Max</i>) para as dimensões do MSR.....	48
Tabela 4.10. Estatística Descritiva (<i>M, DP, Min e Max</i>) para as dimensões da FRAS...49	
Tabela 4.11. Diferenças entre pais e mães para as variáveis coesão, cooperação, triangulação, conflito e resiliência.....	50
Tabela 4.12. Diferenças entre pais com filhos do sexo masculino e feminino para as variáveis coesão, adaptabilidade, cooperação, triangulação, conflito e resiliência.....	51
Tabela 4.13. Diferenças entre pais empregados e desempregados.....	51
Tabela 4.14. Correlação entre variáveis sociodemográficas, coesão, adaptabilidade, coparentalidade e resiliência.....	53
Tabela 4.15. Correlação entre coesão, adaptabilidade e coparentalidade.....	54
Tabela 4.16. Correlação entre adaptabilidade, coesão e resiliência.....	54
Tabela 4.17. Correlação entre resiliência e coparentalidade.....	56
Tabela 4.18. Correlações entre as várias dimensões da resiliência individual e resiliência familiar.....	56
Tabela 4.19. Regressão linear múltipla entre as variáveis sociodemográficas, a coesão e a adaptabilidade e a resiliência individual total.....	57

Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Consentimento Informado.....	83
Apêndice 2 – Questionário Sociodemográfico.....	85
Apêndice 3 – Estatística descritiva (<i>M</i> , <i>DP</i> , Min. e Max.) para os itens da Escala FRAS.....	88

Índice de Anexos

Anexo 1 – <i>Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale (FACES III)</i>	93
Anexo 2 – Questionário de Coparentalidade (QCOP).....	95
Anexo 3 – <i>Measuring State Resilience (MSR)</i>	97
Anexo 4 – <i>Family Resilience Assessment Scale (FRAS)</i>	99

Índice de Abreviaturas

AET – Academia de Educação e Terapia

AMMA – Capacidade de Dar Sentido à Adversidade

APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral

DUA – Desenho Universal para a Aprendizagem

ESPAMOL – Escola Secundária Padre António Manuel de Oliveira de Lagoa

FACES – *Family, Adaptability and Cohesion Evaluation Scale*

FC – Ligações Familiares

FCPS – Comunicação Familiar e Resolução de Problemas

FRAS – *Family Resilience Assessment Scale*

FS – Espiritualidade Familiar

MCR – *Measuring Child Resilience*

MSCR – *Measuring State and Child Resilience*

MSR – *Measuring State Resilience*

MPO – Manter uma Perspetiva Positiva

NE – Necessidades Educativas

NEE – Necessidades Educativas Especiais

OMS – Organização Mundial de Saúde

PDI – Perturbação do Desenvolvimento Intelectual

PEA – Perturbação do Espectro do Autismo

PHDA – Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção

QCOP – Questionário de Coparentalidade

SPSS – *Statistical Package for Social Scienses*

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

USER – Utilização de Recursos Sociais e Económicos

INTRODUÇÃO

O nascimento de um filho é uma etapa muito importante na vida de uma família, pois provoca sempre mudanças no ambiente familiar e requer um conjunto de transformações ao nível da parentalidade, exigindo uma adaptação e esforço psicológico conjunto para lidar com a integração de um novo membro (Bayle & Martinet, 2008).

Esta fase é um acontecimento-chave que marca a transição para uma nova etapa da estrutura familiar (Relvas, 1996).

Quando um filho apresenta necessidades educativas a família vê-se obrigada a encontrar forças para ultrapassar as dificuldades e adaptar-se à situação, no entanto, enquanto certas famílias conseguem ajustar-se a acontecimentos imprevisíveis e de certa forma stressantes, outras poderão evidenciar maiores dificuldades na adaptação podendo ter de enfrentar dificuldades e desafios que nunca julgavam vir a passar (Behr & Turnbull, 1989; Costa, 2004).

A literatura tem revelado que, apesar de todas as dificuldades com que as famílias destas crianças se deparam algumas apresentam níveis elevados de adaptação e satisfação com os seus filhos, podendo mesmo esta revelar-se como uma experiência positiva e insubstituível (Coll, Marchesi, & Palacios, 2004), em muitos casos vista como fonte de felicidade, fortalecimento de laços familiares, aprendizagem, paciência, entre outros sentimentos positivos (Turnbull, Guess, & Turnbull, 1988), que contribuem fortemente para a coesão e adaptabilidade familiar, coparentalidade e desenvolvem a resiliência.

Não obstante o sofrimento emocional que as famílias passam, muitas conseguem adaptar-se e ser resilientes (Das et al., 2017), sendo capazes de rebastecer o equilíbrio familiar perante situações de stresse e fortalecendo os seus membros dotando-os de competências para enfrentarem as adversidades (Martins, 2014).

Desta forma, o estudo de fatores como a coparentalidade, a resiliência, a coesão e a adaptabilidade torna-se de suma importância para a compreensão da dinâmica familiar destas famílias.

A resiliência é entendida, segundo Walsh (2016) como a capacidade que a família apresenta para superar e reorganizar o sistema familiar em situações de crise e stresse, podendo a transformação pessoal e relacional permitir o crescimento e o desenvolvimento individual e familiar. Para alguns investigadores, este constructo deve ser conceptualizado enquanto processo dinâmico, em que os indivíduos podem experimentar

adversidades e ao mesmo tempo desenvolver-se positivamente. Esta situação acontece devido a fatores protetores, que consistem nas características, quer de personalidade quer ambientais, associados a resultados positivos face a adversidades (Bolton, Praetorius, & Smith-Osborne, 2016).

Por sua vez a coparentalidade refere-se à preocupação vivida pelos pais em relação ao bem-estar dos filhos (Frizzo, Kreutz e colaboradores, 2005), sendo fundamental para o desenvolvimento da criança enquanto ser humano e na qualidade da relação que esta estabelece desde cedo com os pais, pois é na qualidade destas relações inter-familiares que existe uma melhor adaptação ao meio envolvente (Feinberg, 2003).

A coesão e a adaptabilidade familiar desempenham um papel fundamental na coparentalidade e, no caso das famílias com crianças com necessidades educativas, essa importância aumenta já que estes fatores promovem a resiliência e funcionam como facilitadores da adaptação familiar a situações adversas (Olson, 200; Rutter, 2012; 2013; Walsh, 2003).

De entre os diferentes modelos existentes para classificar o funcionamento familiar, o mais utilizado para analisar as relações familiares é o Modelo Circumplexo do Sistema Familiar e Conjugal de Olson, Russel, & Sprenkle (1989), que definem a coesão como a ligação emocional que se estabelece entre os membros de uma família e, a adaptabilidade como a capacidade que o sistema familiar possui para mudar a sua estrutura face a uma situação de stresse (Olson, 2000). É com base neste modelo que este estudo se baseou.

A presente investigação, de carácter exploratório, descritivo e correlacional, pretende analisar e conhecer o processo de adaptação das famílias com filhos com necessidades educativas, no que respeita à coesão, adaptabilidade, coparentalidade e resiliência e perceber como é que estas reagem às adversidades.

Numa primeira parte, para além da introdução, faz-se uma revisão da literatura, que permite a definição dos conceitos centrais e conduzem à fundamentação da problemática deste estudo. Na segunda parte, é explanado o estudo empírico e apresentados os objetivos, os instrumentos utilizados e os procedimentos relativos à recolha e análise dos dados obtidos.

Finalizamos a investigação com a apresentação dos resultados, bem como a sua discussão e análise dos mesmos à luz dos objetivos enunciados, seguindo-se uma síntese das principais conclusões, limitações do estudo e sugestões para futuras investigações e implicações.

I PARTE
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1- A Família e a Criança com Necessidades Educativas

1.1. A Família como sistema

Definir o conceito família não é uma tarefa fácil, uma vez que esta tem vindo a sofrer inúmeras transformações ao longo do tempo dando origem a novas formas e definições.

Segundo Slepj (2000), este conceito não é possível de uma definição estandarizada para todas as épocas e culturas, sobretudo devido às mudanças na sociedade contemporânea, como o divórcio, no papel da mulher, nas famílias recompostas, monoparentais e nas famílias de casais homossexuais.

Assinale-se que, em 1994 a Organização Mundial de Saúde (OMS) esclarece de uma forma geral, que o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção, acrescentando que qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum, deve ser encarado como família.

Na mesma linha de pensamento Dias (2011) refere que “nas correntes modernas, mais liberais, realçam-se mais os sentimentos, o que interessa são os afetos, não interessa a biologia” (p. 140).

Por outro lado, Relvas (1996) alude que a família é o primeiro espaço onde a criança se integra e onde vai estruturar a sua personalidade, sendo a primeira instituição social que assegura e responde a determinadas necessidades tais como o amor, o carinho, o afeto, a alimentação, a proteção e a socialização.

Ainda na mesma perspetiva, Ribeiro (2007) sublinha que a família é, na maioria das vezes, o primeiro ambiente que as crianças frequentam e no qual se inicia o processo de socialização, transmitindo a mesma o sustento biológico, os cuidados adequados e os afetos, padrões, valores e normas de conduta que são incorporadas pela prole durante o desenvolvimento da sua personalidade.

Para Minuchin (1979), a família tem duas funções essenciais: uma função interna de desenvolvimento e proteção dos seus membros e uma função externa, referente à socialização, transmissão de cultura e adequação desta pelos seus membros.

Segundo o mesmo autor, a família enquadra três conceitos principais, nomeadamente:

- estrutura, que se refere ao padrão organizado com que os membros da família interagem;
- subsistemas, sustentados pela geração, género e interesses em comum;
- e, fronteiras interpessoais, que regulam o contacto entre um e outro membro da família.

Minuchin (1982), destaca ainda que estas fronteiras podem ser claras, difusas ou rígidas. As famílias em que as fronteiras interpessoais são rígidas são excessivamente restritivas, permitindo pouco contacto com os subsistemas externos e resultando, por vezes, em desligamento, apesar de estimularem a autonomia.

Por outro lado, as famílias emaranhadas, cujas fronteiras são difusas, fornecem um sentimento amplo de apoio mútuo, tornando os seus elementos dependentes e com dificuldade no relacionamento com pessoas do exterior. Nestas famílias, os pais apresentam uma menor autoridade, podendo vir a negligenciar a responsabilidade das tomadas de decisão.

Por fim, famílias em que as fronteiras entre pais e filhos são claras, funcionam na base de uma estrutura hierárquica, em que os pais ocupam a posição de liderança. Do mesmo modo que os pais têm a função de comando, também os filhos têm o direito de tomar decisões importantes para a família, pois o funcionamento eficiente da família implica responsabilidade e obrigação dos pais em estabelecer regras familiares que irão assegurar o direito e a obrigação do filho de crescer e desenvolver autonomia (Minuchin, 1982).

A partir da segunda metade do século passado, com a grande ênfase colocada nas teorias sistémicas, a abordagem e interpretação do comportamento da família e da sua dinâmica sofreu novas alterações, tendo passado a mesma a ser entendida como um sistema.

De acordo com esta perspetiva, Bertalanffy (1972) defende que cada família é um sistema que obedece a uma ordem dinâmica de partes e processos, entre os quais se exercem interações recíprocas. A família é assim concebida como um sistema aberto, constituído por unidades ligadas no conjunto, por regras de comportamento e funções dinâmicas, em constante interação entre elas e em intercâmbio com o exterior.

Entende-se deste modo que, a família não funciona apenas devido a forças externas, mas também devido a forças internas, apresentando uma capacidade auto-organizativa que lhe faculta a firmeza, a lógica e a autonomia da sua dinâmica. Esta

capacidade de auto-organização é assim, uma competência do sistema para transformar naturalmente a sua estrutura, se as conjunturas internas e/ou externas alterarem. Pelo seu carácter independente o sistema “possui, então, uma abertura funcional e um fecho organizacional” (Relvas, 1996, p. 13).

Neste contexto, a investigação sobre a família e a dinâmica familiar é dirigida para uma perspetiva sistémica que, por meio do estudo das interações/relações entre os membros da família, percebe a conduta humana no decorrer do tempo (Jones, 1999; Minuchin, 1974).

A família enquanto sistema distinto de todos os outros é um sistema aberto e organizacionalmente fechado, que vai mudando a sua estrutura ao longo do tempo, mas mantém a sua organização (Beja, 2009).

De acordo com Relvas (2004), a família tem como objetivo a criação e o reconhecimento do indivíduo respetivamente ao sentimento de pertença, a procura do desenvolvimento e de individualização de cada um dos seus membros, pois só assim é que a mesma conseguirá inserir-se numa perspetiva sistémica, onde todos os indivíduos passam a estabelecer relações uns com os outros e a trocar valores mediados pela comunicação, sendo esta última um fator essencial dentro de uma família.

Para Alarcão (2006), a estrutura define-se como o conjunto de relações que se estabelecem em cada etapa da vida e que lhe vão conferindo configurações particulares, sem nunca lhe modificar a identidade básica.

Esta investigadora considera a família uma totalidade, que se estrutura numa hierarquia sistémica composta por vários subsistemas, entre os quais:

- Subsistema individual: composto pelo indivíduo que, para além do seu estatuto e função familiares tem também funções e papéis noutros sistemas, criando-lhe assim um dinamismo que se repercute no seu próprio desenvolvimento e na forma como ele está em cada um desses contextos;

- Subsistema conjugal: composto pelo casal, sendo a complementaridade e a adaptação recíprocas aspetos importantes do seu funcionamento. Este subsistema tem como função o desenvolvimento de limites que protejam o casal da intrusão de outros elementos, de modo a proporcionar-lhes a satisfação das suas necessidades psicológicas, constituindo-se assim, como uma plataforma de suporte para o casal lidar com o stress intra e extrafamiliar. É fundamental para o crescimento dos/as filhos/as, servindo de modelo relacional para o estabelecimento de futuras relações de intimidade;

- Subsistema parental: constituído habitualmente pelos mesmos adultos do subsistema conjugal, podendo variar na sua composição, importando saber sobretudo quem desempenha as funções e as tarefas que lhe são inerentes. Este subsistema tem uma função executiva, pois visa a educação e a proteção das gerações mais novas, sendo a partir das interações entre pais e filhos/as que as crianças aprendem o sentido da autoridade, a forma de negociar e de lidar com o conflito no contexto de uma relação vertical, visto que é no contexto desta interação que se desenvolve o sentido de filiação e pertença familiar;

- Subsistema fraternal: constituído pelos irmãos/irmãs dando lugar à socialização e experimentação de papéis face ao mundo extrafamiliar. Primeiro, em relação à escola, depois em relação ao grupo de amigos e posteriormente ao mundo do trabalho. É através deste subsistema que as crianças desenvolvem as suas capacidades relacionais com o grupo de pares, experimentando o apoio mútuo, a competição, o conflito e a negociação nas brincadeiras solitárias e nas brigas (Alarcão, 2006).

Podemos assim concluir que, a família enquanto sistema é considerada um todo, mas simultaneamente uma parte integrante de outros sistemas mais diversificados e alargados onde se insere a sociedade e a comunidade, sendo essencial a sua capacitação para transformar a desordem em ordem e seja possível a sobrevivência do sistema (Relvas, 2004).

1.2. As Necessidades Educativas

Todas as crianças/adolescentes são detentoras de especificidades e de uma singularidade única, tendo cada uma um ritmo de desenvolvimento próprio e diferentes necessidades educativas, podendo ainda assim haver aquelas que, devido a certas características especiais, se diferenciam mais dos seus pares (Quitério, 2012).

Segundo Baltazar (2013), o conceito de deficiência foi substituído pela denominação de Necessidades Educativas Especiais (NEE), pela necessidade de enfatizar a valorização das necessidades das crianças e dos adolescentes em detrimento de um foco excessivo nas suas eventuais incapacidades.

É em 1978, com o Relatório *Warnock* que o conceito NEE foi introduzido, englobando não apenas crianças com deficiência, como também, todos aqueles que ao longo do seu desenvolvimento escolar possam vir a apresentar dificuldades de aprendizagem (Izquierdo, Meireles-Coelho, & Santos, 2007).

Wedell (1983), propõe como definição para o termo NEE, o desvio entre o nível de comportamento e/ou de realização da criança e o que é esperado em função da sua idade cronológica.

Segundo este autor, o Relatório *Warnock* considera três grandes categorias de necessidades educativas:

- i. A necessidade de se encontrarem meios específicos de acesso ao currículo;
- ii. A necessidade de ter acesso a um currículo especial ou modificado;
- iii. A necessidade de dar especial atenção ao ambiente educativo onde decorre o processo de aprendizagem da criança (Wedell, 1983).

Não obstante, é a partir da Declaração de Salamanca que o conceito de NEE ganha maior relevo, passando a incluir todas as crianças e jovens cujas necessidades compreendam deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Deste modo, passou a abranger quer as crianças em desvantagem como as sobredotadas; as crianças em situação de risco e as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.

Com o objetivo máximo de contribuir para a educação e equidade social e diminuir a vulnerabilidade, a Declaração de Salamanca veio proclamar que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ser incluídas nas escolas regulares, sendo que estas devem adotar uma metodologia adequada às suas características, de forma a responder às suas necessidades educativas especiais (UNESCO, 1994).

Nesta conferência é ainda reconhecida a importância da escolarização dos alunos com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino e a necessidade das escolas se adaptarem aos alunos, incluindo aqueles que apresentam dificuldades mais severas. Recomenda-se que as estratégias a utilizar devem ser adequadas, flexíveis e respeitar o ritmo de cada criança (Ruela, 2001).

Ruela (2001) afirma que os objetivos educacionais devem ser os mesmos para todas as crianças e defende que a principal prioridade deve ser aumentar o conhecimento das crianças sobre o mundo e as suas responsabilidades, e como segundo objetivo a promoção da sua independência e preparação para a vida adulta (Ruela, 2001).

Na opinião de Brennan (2003, citado por Madureira & Leite, 2003), evidencia-se uma necessidade educativa especial quando uma deficiência (física, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas) afeta a aprendizagem, até tal ponto que são necessários alguns ou todos os acessos especiais ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas, para que o aluno seja educado

adequada e eficazmente. A necessidade pode apresentar-se em qualquer ponto de um *continuum* que vai desde a ligeira à grave e pode ser permanente ou uma fase temporária no desenvolvimento do aluno.

Com o propósito de implementar a noção de igualdade de oportunidades, prestigiar a educação e a qualidade do ensino através da prática de uma Escola Inclusiva, direcionada para o êxito escolar de todas as crianças e adolescentes, recorrer a um sistema educativo reajustável e possibilitar uma resposta às necessidades de inclusão das crianças e adolescentes com NEE, foi publicado o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

Alguns críticos assinalaram, contudo, que este Decreto não se constitui como uma medida eficaz, pois grande parte destas crianças e jovens continuam a não conseguir desenvolver competências no sistema de ensino, ainda que com currículos adaptados, levando à desmotivação e reforçando a diferença face aos pares.

Rodrigues (2006) destaca que as crianças e jovens crescem com a ideia da diferença reforçada, sentindo-se desprotegidos e excluídos, o que aumenta a dificuldade de inclusão e desenvolvimento de relações sociais satisfatórias. Acrescenta ainda que, quando necessitam de ser inseridos na sociedade se sentem ameaçados e não conseguem responder adequadamente às situações sociais com as quais se deparam.

Para responder a esta necessidade e com vista a uma educação inclusiva, entra em vigor o Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, republicado através da Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro (primeira alteração por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico de educação inclusiva). Este normativo estabelece como uma das prioridades a Escola Inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social, respondendo às suas potencialidades, expectativas e necessidades, no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social (Decreto-Lei n.º 54/2018).

As opções metodológicas subjacentes assentam no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e na abordagem multinível no acesso ao currículo, sendo que, as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção distintos: universais, seletivas e adicionais, sem prejuízo de se considerarem

outras que, entretanto possam ser enquadradas (Decreto-Lei n.º 54/2018, alterado pela Lei n.º 116/2019):

- medidas universais, que correspondem às respostas educativas que a escola dispõe para todos os alunos, com o objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. São medidas que englobam o apoio tutorial preventivo e temporário, mobilizadas para todos os alunos, incluindo os que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, tendo em vista, principalmente, a promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social (Decreto-Lei n.º 54/2018, alterado pelo Decreto-Lei n.º 116/2019).

- medidas seletivas, que visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais (Decreto-Lei n.º 54/2018).

- e, por último, as medidas adicionais, que pretendem colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, integração, cognição ou aprendizagem e que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão (Decreto-Lei n.º 54/2018).

No centro da atividade da escola a prioridade passa a ser o currículo e as aprendizagens dos alunos, afastando-se assim da conceção anterior de que é necessário categorizar para intervir, reconfigurando-se o modelo de Unidade Especializada num modelo de Centro de Apoio à Aprendizagem, que aglutina o primeiro, transformando-se num espaço dinâmico, plural e agregador dos recursos materiais e humanos que passa a valorizar os saberes e as experiências de todos (Decreto-Lei n.º 54/2018).

De acordo com este Diploma, deixa de fazer sentido a utilização do conceito de necessidades educativas especiais passando o mesmo a ser substituído por necessidades educativas, que abrange todo o tipo de dificuldades no universo escolar. Face a esta nova concepção, passaremos a adotar o conceito NE no presente estudo.

1.3. A Família das Crianças com Necessidades Educativas

O nascimento de um/a filho/a é sempre um momento de adaptação que exige um grande esforço psicológico por parte da família para permitir a emergência de uma identidade parental que se vai ajustar a uma nova realidade (Bayle & Martinet, 2008).

Este acontecimento provoca sempre mudanças significativas no ambiente familiar e, quando a criança apresenta dificuldades educativas, essa mudança tende a ser mais

profunda e stressante, podendo a família ter de enfrentar dificuldades e desafios desconhecidos para a maioria dos pais que não vivenciam a mesma realidade (Costa, 2004).

Para além do impacto na vida dos pais, também a família é atingida e abalada em vários pontos, quer na identidade quer na estrutura e funcionamento, passando este acontecimento a estar ligado ao processo de desenvolvimento dessa família e à forma como os pais vão lidar com a nova realidade e às qualidades da mesma, mas de igual modo, aos apoios de que podem vir a usufruir (Frias, 2013).

A notícia de uma deficiência, de acordo com Dessen e Silva (2001), leva a família a iniciar um percurso com inúmeras dificuldades, que terão de ser ultrapassadas para que a família encontre um novo equilíbrio. A maioria dos autores reconhece que existe um conjunto de fases típicas pelas quais estes pais passam, procurando a reorganização do sistema familiar com o objetivo de alcançarem uma adaptação (Dessen & Silva, 2001; Pereira, 2005).

Segundo Pinto (2011), a realidade sentida pelas famílias aquando do nascimento de um filho com incapacidade deverá ser encarada como um processo de luto, uma vez que a perda do filho idealizado é considerada uma realidade muito dolorosa.

De acordo com Pereira (2005), após a confirmação do diagnóstico a família passa por uma série de fases. Inicialmente experencia *choque e depressão*, seguida de mecanismos de *culpabilização e autoatribuição* das causas da patologia do/a filho/a e na procura do que, eventualmente, os pais terão feito de errado durante a gravidez.

Posteriormente vivenciam uma fase de pânico e revolta, resultantes da desorientação sentida perante a incapacidade de lidar com a situação.

Depois de ultrapassadas estas fases os pais procuram interiorizar a situação, iniciando um processo de aceitação e compreensão do diagnóstico. É nesta fase que os pais percebem a necessidade do/a filho/a desenvolver competências e evoluir, iniciando assim o processo de confrontação e adaptação com a realidade (Pereira, 2005).

A família poderá defrontar-se assim, com um longo período de adaptação à criança e às suas necessidades educativas. Mesmo passada a fase inicial de impacto vivido, a existência de uma criança com NE irá exigir novas organizações no sistema familiar para que seja capaz de atender e responder às necessidades da criança ao longo do seu desenvolvimento (Dessen & Silva, 2001). A eficácia deste processo irá depender

das forças e recursos da família, das aprendizagens prévias e ainda da condição e severidade da problemática da criança (Buscaglia, 1997).

Importa aqui salientar que, nem todas as famílias passam por estas fases e/ou ritmos, algumas ficam estagnadas em fases iniciais do processo, mesmo quando o/a filho/a já se encontra na idade adulta (Colissi & Wendling, 2011).

O ajustamento dos pais à nova condição de vida dos filhos e deles próprios pode passar, deste modo, pelo confronto com diferentes dificuldades (Cêpeda, 2014). Este autor refere que muitos pais questionam a sua capacidade para lidar com os problemas, outros assumem um papel de culpa pela condição dos filhos, numa mistura de receios e angústia associados a toda a situação, originando em pais mais frágeis, atitudes desajustadas e prejudiciais para toda a família.

A literatura tem evidenciado que a coesão e a adaptabilidade têm um papel fundamental no funcionamento familiar e na coparentalidade, especialmente em famílias de crianças com necessidades educativas (Kor & Pirutinsky, 2013), pois estes construtos têm sido referenciados como estando diretamente relacionados com a capacidade de adaptação familiar às situações stressantes ou adversas (Brás, 2009), constituindo-se assim como promotores de resiliência e funcionando como facilitadores da adaptação familiar a situações de crise ou adversidade (Olson, 2000; Rutter, 2012; Walsh, 2003).

De acordo com Walsh (2003), a resiliência familiar emerge a partir de uma rede de relações e experiências vividas ao longo do ciclo vital e das gerações, capacitando a família para que esta possa reagir de forma positiva face a situações de adversidade e superar dificuldades, promovendo a adaptação para o bem-estar no seio da família.

Segundo Ungar (2015), a resiliência pode ser entendida numa perspectiva construtivista, no sentido em que depende das interações dos diferentes níveis do sistema ecológico, uma vez que está mais relacionada com a qualidade do contexto ecológico, físico e social do que com os traços de personalidade do indivíduo.

Para Fewell (1986, citado por Coutinho, 2004), uma criança com deficiência afeta sempre o casamento dos pais, independentemente da forma como o faz. Alguns estudos, acerca dos efeitos da criança com deficiência na relação conjugal apontam para dificuldades conjugais devido às exigências adicionais de cuidar de uma criança com deficiência.

É neste sentido que Goldschmidt, Costa e colaboradores (2014) assinalam, que a família possui forças internas que a ajudam a adaptar-se às condições adversas do meio

envolvente ou das condições existentes no funcionamento interno, ultrapassando o stresse a que está sujeita, pois segundo Minuchin (1974), num momento de crise, há uma necessidade de reestruturação relacional e funcional do sistema, sem a qual a família não conseguiria ultrapassar sem a presença de forças auto-organizadoras, competências e potencialidades da própria família.

Na perspetiva de Behr, Summers e Turnbull (1989) as características da criança com necessidades educativas podem não representar fonte de stresse à família. Estes autores salientam que, “algumas características ou traços de personalidade podem ser ou não stressantes para a família, ou seja, podem ser tanto positivos como negativos. De acordo com esse ponto de vista, uma criança com deficiência pode ser similar a uma criança sem deficiências” (p.30).

Num estudo realizado em Portugal, sobre as necessidades das famílias com crianças que apresentam deficiência, concluiu-se que a reestruturação da dinâmica familiar, a coesão familiar e a reestruturação ao nível do casal se evidenciam enquanto fatores principais de resiliência (Apolónio & Franco, 2002).

Também Aldersey (2012) revelou que, a capacidade da família para restabelecer o equilíbrio após o nascimento de um filho com necessidades educativas e aceitá-lo como parte integrante da família, promove o desenvolvimento positivo da mesma. O estudo conduzido por este autor permite concluir que, quanto mais comprometidas estão as famílias, mais fortes são as suas interligações familiares, o que se revela um fator fundamental para a aceitação da problemática da criança com necessidades educativas e também para a defesa dos seus direitos.

De acordo com a literatura científica podemos, assim, encontrar famílias que conseguem lidar eficazmente com a adversidade que se constitui ter um filho com necessidades educativas (Paniagua, 2004) e outras que apresentam maiores dificuldades para se adaptar às novas exigências e prioridades, no entanto, segundo Fiamenghi e Messa (2007) os conflitos e dificuldades não surgem em resultado direto da deficiência mas em função das possibilidades de a família se unir e adaptar a essa situação.

Um estudo realizado por Bolton, Praetorius, & Smith-Osborne (2016), revela que a coesão familiar é um dos fatores promotores de resiliência familiar, contribuindo para o desenvolvimento saudável do indivíduo perante as situações de adversidade.

Uma investigação levada a cabo por Onãte e Calvete (2017) demonstrou que, apesar de um filho com NE representar situações geradoras de stresse familiar devido aos

desafios diários constantes, existem fatores como o apoio social e a aceitação da problemática que permitem a família adaptar-se a esta realidade e desenvolver bem-estar.

Perante esta realidade, importa conhecer e compreender quais os fatores de maior proteção do funcionamento familiar que contribuem para a resiliência familiar no processo de adaptação, assim como averiguar se a adaptabilidade, a coesão e a coparentalidade se constituem como fatores preditores de uma maior resiliência e que impacto estes têm nas famílias de crianças com necessidades educativas, de forma a perceber como é que as famílias reagem às adversidades de lidar e educar uma criança com NE e como podem vir a desenvolver resiliência.

Algumas variáveis do funcionamento familiar, nomeadamente a coesão, a adaptabilidade e a coparentalidade têm vindo a revelar-se como promotoras de resiliência familiar, estando diretamente relacionadas com a capacidade de adaptação às situações adversas da família (Brás, 2009; Ferreira 2009).

No capítulo seguinte, iremos desenvolver de forma mais aprofundada estes conceitos.

Capítulo 2 – Fatores promotores de Resiliência

2.1. A Coesão e a Adaptabilidade familiar

Tendo em atenção que o contexto familiar é um espaço único para o indivíduo, torna-se relevante analisar o funcionamento da família, de forma a entender como se estruturam os processos familiares (Alarcão, 2000).

A literatura atual tem evidenciado que os fatores coesão e adaptabilidade têm um papel fundamental no funcionamento familiar, nomeadamente em famílias com crianças com necessidades educativas (Kor & Pirutinsky, 2013). Estes fatores, juntamente com a coparentalidade, podem constituir-se como fortes promotores de resiliência e, ao mesmo tempo, funcionar como facilitadores da adaptação familiar (Olson, 2000; Rutter, 2012; Walsh, 2003).

De entre os diferentes modelos existentes para classificar o funcionamento familiar, o mais utilizado para analisar as relações familiares é o Modelo Circumplexo do Sistema Familiar e Conjugal de Olson, Russell, & Sprenkle (1989), uma vez que se caracteriza por ser um modelo sistémico que integra três dimensões fundamentais – a coesão, a adaptabilidade e a comunicação – que são repetidamente consideradas relevantes nos modelos teóricos familiares e nas abordagens de terapia familiar (Olson, 1999; Olson & Gorall, 2003).

Através deste modelo, Olson (2000) define coesão como, a ligação emocional que se estabelece entre os membros de uma família e o grau de autonomia que estes experimentam, sendo que, esta ligação emocional pode variar entre baixos níveis de coesão, em que os membros da família não se dão bem, raramente partilham tarefas em conjunto e tendem a resolver os problemas familiares individualmente, ou elevados níveis de coesão, onde os membros da família são excessivamente dependentes e se sentem pressionados a passar muito tempo uns com os outros (Olson, 2000).

Esta dimensão centra-se fundamentalmente na forma como os membros do sistema familiar equilibram a individualização *versus* a união, defendendo o autor a existência de quatro níveis de coesão: desmembrado (coesão extremamente baixa), separado (coesão baixa/moderada), ligado (coesão moderada/alta) e emaranhado (coesão extremamente alta) (Olson, 2000).

Nesta perspetiva, nos níveis considerados equilibrados (separado e ligado) existe uma maior funcionalidade familiar entre os membros, sendo os indivíduos capazes de

oscilar entre os outros níveis em situação de crise familiar (e.g. transições no ciclo vital), no entanto, o mesmo não se verifica nos níveis mais extremos (desmembrado e emaranhado), considerados como desequilibrados.

Desta forma, uma família com uma relação separada reflete alguma separação emocional (mas não extrema), sendo o tempo passado sem a família considerado relevante, ao invés de uma relação ligada, que atribui mais importância ao tempo passado com a família, pelo facto de existir uma maior proximidade emocional e lealdade entre os membros (Olson, 2000).

Por outro lado, nos níveis extremos correspondem os níveis desmembrado (indivíduo centrado em si mesmo), apresentando diferenças do ponto de vista emocional, pois uma relação desmembrada implica uma separação emocional e pouco envolvimento entre os membros da família e, emaranhado, que implica uma extrema ligação emocional e uma elevada dependência entre os membros, sugerindo baixa diferenciação do *self* (Olson; Olson & Gorall, 2003).

A segunda dimensão do modelo em estudo refere-se à adaptabilidade e avalia a capacidade que o sistema familiar possui para mudar a sua estrutura, regras e relacionamentos face a uma situação de stress situacional e de desenvolvimento (Olson, 2000). O foco principal da adaptabilidade é avaliar a forma como os sistemas se equilibram entre a mudança *versus* estabilidade (Olson, 2000), podendo oscilar entre quatro níveis: rígido (adaptabilidade muito baixa); estruturado (adaptabilidade baixa/moderada); flexível (adaptabilidade moderada/alta) e caótico (adaptabilidade muito alta) (Larrosa, 2002; Olson, 2000).

Os níveis mais funcionais (estruturado e flexível) promovem um equilíbrio entre a estabilidade e a mudança, prevalecendo uma tendência para a família ser mais equilibrada ao longo do tempo, ao contrário dos níveis mais extremos (rígido e caótico), que demonstram ser os mais problemáticos (Olson, 2000).

Desta forma, uma família estruturada, por norma, exprime uma liderança democrática e integra as crianças no ajustamento de papéis e regras familiares sempre que necessário, contrariamente a uma família flexível, que reflete uma liderança igualitária, baseada na democracia entre os membros e inclui ativamente as crianças, sendo que as regras e papéis são partilhados e apropriados às idades de cada um (Olson, 2000; Olson, & Gorall, 2003).

Pelo contrário, os níveis rígido e caótico correspondem a formas extremas de funcionamento familiar em termos de adaptabilidade. Nas famílias rígidas, um dos membros controla a dinâmica familiar, impondo uma rigidez de papéis e uma inflexibilidade nas regras e, nas famílias consideradas caóticas, os papéis não estão bem definidos e podem ocorrer frequentemente trocas de papéis entre os indivíduos, dando origem a reações de impulsividade marcadas nas tomadas de decisão, uma vez que ninguém é responsável por nada (Olson, 2000).

A hipótese principal do Modelo Circumplexo refere ainda que, níveis equilibrados de coesão e adaptabilidade são mais adaptativos, pois promovem um funcionamento familiar saudável, enquanto que níveis muito elevados ou muito baixos refletem um funcionamento familiar problemático (Olson, 2011, citado por Kor & Pirutinsky, 2013).

Por último, a terceira dimensão do modelo é a comunicação, considerada como a dimensão facilitadora entre a coesão e a adaptabilidade, por auxiliar ou dificultar as mudanças no sistema familiar, sendo entendida como “um elemento fundamental no desenvolvimento de relações interpessoais, enquanto ingrediente básico da negociação inerente ao crescimento dos membros de uma família” (Alarcão & Relvas, 2002, p. 85).

A comunicação permite facilitar aos casais e famílias a alteração dos seus estados de coesão e adaptabilidade implicando que o casal e a família recorram a determinadas competências, nomeadamente a aptidão para ouvir e falar, a empatia, respeito e partilha por todos os membros. Neste sentido, e relacionando as três dimensões, pode-se concluir que os sistemas familiares equilibrados ao nível da coesão e da adaptabilidade apresentam maiores competências de comunicação e, em contrapartida, os sistemas extremos manifestam défices nas competências de comunicação (Olson & Gorall, 2003; Olson, Russel, & Sprenkle, 1989; Rodick, Henggeler, & Hason, 1986; Smith, 1996).

Os diferentes níveis familiares das dimensões coesão e adaptabilidade permitem ainda categorizar as famílias em dezasseis tipos específicos, que por sua vez podem ser agrupadas e classificadas em quatro grandes tipos: equilibrado, moderadamente equilibrado, meio termo e extremo (Olson, 2000; Olson, Russel, & Sprenkle, 1979).

Ao analisar o modelo torna-se ainda importante considerar aspetos que podem afetar e influenciar o funcionamento familiar, nomeadamente eventos considerados stressantes pela família, transições nas etapas de desenvolvimento e tensões intra-familiares (Greef, 2013; Larrosa, 2000; Olson & Gorall, 2003).

Estas e outras situações podem produzir variações nos níveis da adaptabilidade e coesão, assim como a diferentes expressões numa mesma etapa. Com efeito, este modelo, pela sua dimensão, permite equacionar transformações na família ao nível da coesão e/ou adaptabilidade, de modo a adaptarem-se a novas mudanças ou crises (Harrigan & Sawin, 1995; Olson, 2000).

Uma família é considerada funcional se conseguir suportar os períodos de tensão, de forma a preservar a identidade do sistema e a respeitar as diferenças individuais de cada membro (Tribuna, 2000).

Diversos estudos empíricos posicionam estas dimensões numa relação curvilínea com o funcionamento saudável da família (i.e., valores extremos nas dimensões seriam mais esperados em famílias disfuncionais e valores médios corresponderiam a indicadores de famílias funcionais ao nível do desenvolvimento individual e familiar dos seus membros (Camacho, León, & Silva, 2009; Place, Hulsmeier e colaboradores, 2005; Ribeiro, Pires, & Sousa, 2004; Rodick, Henggeler, & Hanson, 1986; Schmidt, Barreyro, & Maglio, 2009; Vickers, 2001).

No entanto, Olson, já em 1986, reconhecia que a escala FACES III não se mostrava adequada para fazer a medição do modelo curvilíneo e assumia que “nas famílias sem problemas” (i.e., não clínicas), a coesão e a adaptabilidade familiar tendem a comportar-se linearmente, ou seja, quanto maior a saúde mental demonstrada pela família maior seria a sua coesão e adaptação (Falceto, 1997).

Face a esta evidência, da existência de incongruências ao nível dos resultados obtidos com a FACES III e o Modelo teórico Circumplexo dos Sistemas Familiares e Conjugais, Olson, em 1991, propôs um novo modelo explicativo: o Modelo Circumplexo Familiar Tridimensional, que classifica as famílias em três tipos: tipo equilibrado, tipo meio-termo e tipo extremo.

Ao longo das últimas décadas têm surgido vários estudos que visam entender o funcionamento familiar e as relações que se estabelecem com os seus membros, de forma a intervir em situações de crise ou desajustamento.

Rodrigo, Máiquez e colaboradores (2008), argumentam que as famílias equilibradas ao nível das dimensões da coesão e adaptabilidade familiar funcionam de forma mais satisfatória do que as famílias que apresentam comportamentos extremos numa das duas dimensões. Estas últimas são caracterizadas por uma elevada dependência

ou separação entre os seus membros e por rigidez na aplicação de regras ou de disciplina em resposta a novas situações.

Tsibidaki e Tsamparli (2009) conduziram um estudo com o objetivo de comparar a adaptabilidade e a coesão entre 30 famílias gregas que criam uma criança com uma deficiência grave e 30 famílias de crianças sem deficiência. Os dados foram recolhidos através da Escala de Avaliação da Coesão e Adaptabilidade Familiar (FACES-III) (Olson 1986) e entrevistas semiestruturadas. Os resultados sugerem que não há diferença estatisticamente significativa entre os pais de ambos os grupos de pesquisa sobre as dimensões coesão e adaptabilidade e sobre o tipo de família.

Numa investigação levada a cabo por Pedras e Pereira (2010), numa amostra com 53 filhos adultos de pais veteranos da Guerra Colonial, os autores verificaram uma relação negativa entre a adaptabilidade na família e a sintomatologia traumática, e, por outro lado, uma relação positiva entre a adaptabilidade e comportamentos de saúde, constituindo-se a adaptabilidade uma variável mediadora entre a sintomatologia traumática e comportamentos de saúde. Os investigadores deste estudo concluíram ainda que, apesar da exposição a acontecimentos traumáticos ou experiências negativas na infância poderem levar ao desenvolvimento e/ou manutenção de comportamentos de risco para a saúde, o ambiente familiar que rodeia o indivíduo é preponderante nesta relação, na medida em que sistemas familiares mais adaptáveis e flexíveis lidam melhor com a sintomatologia traumática e favorecem o bem-estar psicológico (Cogdal, Sayger, & Uruk, 2007).

Num estudo realizado por Cuzzocrea, Larcán e Westh (2013), numa amostra constituída por 32 casais, pais de crianças com necessidades educativas, cujo objetivo foi avaliar os níveis de coesão e adaptabilidade familiar, os investigadores concluíram que todas as famílias deste estudo evidenciaram maiores níveis de coesão do que adaptabilidade e que nas famílias sem crianças com NE, os pais apresentaram melhores níveis de adaptabilidade do que de coesão, embora a diferença não seja significativa entre os grupos.

Silva, Dessen e Barbosa (2015), realizaram uma investigação com uma amostra de 89 mães de crianças diagnosticadas com PHDA, com o objetivo de identificar se os níveis de stresse nas mães estavam associados ao stresse percecionado por estas mães e o funcionamento familiar e verificaram que não existia diferenças estatisticamente

significativas entre o tipo de família (equilibrada *versus* meio-termo ou extrema, ou monoparental *versus* nuclear e o stresse parental).

Os investigadores concluíram, que as mães das crianças com PHDA apresentaram elevados níveis de stresse, o qual parece advir fundamentalmente das características da criança, que é percebida como sendo uma criança difícil e de uma interação disfuncional entre os pais e a criança. Não parece haver relação entre o nível de stresse experienciado por estas mães e a funcionalidade ou organização da família.

Binyamini (2016), realizou um estudo com o objetivo de comparar as percepções de enfrentamento experimentadas por 240 mães de adolescentes com e sem deficiência no desenvolvimento da comunidade drusa em Israel e, concluiu, que ambos os grupos foram semelhantes na percepção de coesão familiar e suporte emocional, no entanto, as mães de adolescentes com deficiência no desenvolvimento relataram maiores taxas de adaptabilidade à mudança e crescimento pessoal. Além disso, foram encontradas associações entre coesão familiar e adaptabilidade à mudança e apoio, e entre adaptabilidade à mudança e apoio social e crescimento pessoal, concluindo-se que as mães drusas de adolescentes com deficiência no desenvolvimento revelam importantes informações sobre estratégias positivas de enfrentamento.

Das et al. (2017) realizaram um estudo, numa amostra com 35 pais com filhos com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). Os resultados revelaram que os pais que receberam apoio e suporte dos amigos e da família conseguiram enfrentar as adversidades e desenvolver resiliência.

Numa investigação realizada por Jiménez, Lorence e colaboradores (2017), para avaliar o risco psicossocial numa população carenciada com 324 famílias, os resultados revelaram níveis mais elevados na dimensão coesão comparativamente à adaptabilidade, revelando que, apesar dos níveis elevados de pobreza, estas famílias conseguem ser coesas perante as adversidades que enfrentam.

2.2. A Coparentalidade e o funcionamento familiar

O conceito de coparentalidade não deve ser confundido com o termo parentalidade. Enquanto a parentalidade se refere ao processo de adaptação entre pais e filhos, o que propicia uma harmonia entre o controlo dos pais e a autonomia dos filhos, a coparentalidade refere-se à preocupação que os pais evidenciam em relação ao bem-estar da criança, uma vez que a colaboração entre o casal afeta quer a forma como interagem

com os seus filhos, quer a forma como gerem o stresse proveniente das exigências dos seus papéis parentais (Frizzo, Kreutz, & colaboradores, 2005).

Na literatura atual, de acordo com Hawkins e Van Egeren, (2004) o conceito de coparentalidade pode ser encontrado sob os seguintes termos: parceria parental ou parentalidade partilhada. Os autores referem que, a aliança parental exige suporte e coordenação entre as figuras parentais, englobando diferentes modalidades familiares (casais casados, casais em união de facto e casais divorciados) e não implica um acordo contratual inerente a uma relação conjugal. Os mesmos autores explicam que a aliança parental envolve uma “relação existente entre, pelo menos, dois indivíduos que estabelecem um acordo mútuo de conjunta responsabilidade no que se refere ao bem-estar e educação de uma criança” (p.166).

Segundo Feinberg (2002), o conceito de coparentalidade é definido através da forma como os pais coordenam os seus papéis parentais, como se apoiam mutuamente ou não e como gerem o conflito face à educação dos seus filhos, melhor dizendo, significa a responsabilidade conjunta no bem-estar de uma criança.

Na mesma linha de pensamento, Bosa e Sifuentes (2010); Frascarolo et al. (2009) definem este conceito como, a forma como as figuras parentais trabalham conjuntamente os papéis de pais e a responsabilidade para o bem-estar da criança que se encontra aos seus cuidados e educação. No entanto, a coparentalidade não tem de ser necessariamente exercida pelos progenitores, pois pode ser desempenhada por dois ou mais adultos que tenham uma influência direta no desenvolvimento e educação da criança dos quais são responsáveis (Prati & Koller, 2011).

As bases para a construção da coparentalidade estão presentes nos pais e serão ativadas de acordo com o desenvolvimento individual e com o momento do ciclo vital do casal, abrangendo uma série de fatores que pode ou não impedir o desenvolvimento saudável da família, envolvendo ações que influenciam o casal e dizem respeito às responsabilidades partilhadas relativas ao desenvolvimento, educação e cuidados da criança (Feinberg, 2003).

Um sistema coparental funcional ocorre quando os parceiros encontram meios de ajustar as suas preferências e os seus estilos individuais, envolvendo apoio mútuo e comprometimento, a uma criança. A coparentalidade é entendida assim, como um fator importante no desenvolvimento da criança e na qualidade da relação que esta estabelece

com os pais. É na qualidade destas relações inter-familiares que existe uma melhor adaptação ao meio envolvente (Feinberg, 2003).

Tendo em consideração as implicações da coparentalidade no funcionamento familiar, vários autores têm procurado compreender este conceito através de modelos que propõem dimensões, para sustentar a sua conceptualização (Lamela, Costa, & Figueiredo, 2010).

Um dos modelos explicativos deste conceito é o modelo proposto por McHale, Kuersten-Hogan e colaboradores (2000). Estes autores alegam que a coparentalidade surge como um dever, colocado sobre aqueles que são reciprocamente responsáveis pela educação, cuidados e bem-estar da criança e reconhecem, a existência de cinco fatores essenciais no estabelecimento de uma relação coparental: a integração familiar, que corresponde à união familiar promovida pelos comportamentos dos pais; a afetividade, que diz respeito ao carinho e afeto demonstrado entre o casal e entre pais e filhos; o conflito, respeitante às divergências entre as figuras parentais relativamente à criança; a difamação, alusiva ao comportamento de um dos pais ao denegrir a imagem do outro em frente à criança, com o propósito de minimizar a autoridade ou a credibilidade do parceiro e, a disciplina, que diz respeito à imposição de limites por parte dos pais à obediência dos filhos (Frascarolo et al., 2009).

O presente estudo baseia-se no modelo de Margolin, Gordis e John (2001). Este modelo considera que a coparentalidade é constituída por três dimensões principais: a cooperação, a triangulação e o conflito. A cooperação diz respeito aos níveis de suporte, respeito e apreço que cada um dos pais tem do outro. Esta dimensão reflete um sentimento comum das responsabilidades dos pais e a garantia de que o parceiro é fisicamente e emocionalmente disponível para a criança, havendo uma relação de equilíbrio que permite a possibilidade de ambos os pais interagirem com os filhos individualmente, mesmo com o outro progenitor presente (Prati & Koller, 2011).

Segundo os autores deste modelo, a dimensão cooperação é o elemento chave para uma aliança parental eficiente (Margolin, Gordis, & John, 2001).

Por sua vez, a triangulação corresponde à coligação de um dos progenitores com o/a filho/a, com o objetivo de excluir o outro membro da díade coparental. Este facto pode ser o mais prejudicial e ter pior impacto na adaptação dos/as filhos/as (Shaffer & Sroufe, 2006, citado por Lamela, Costa, & Figueiredo, 2010). Esta dimensão está associada a elevados níveis de conflito interparental e retrata a extensão em que um dos progenitores

incentiva o desrespeito da autoridade do outro progenitor por parte do/a filho/a, dificultando que esse participe na educação do/a filho/a (Feinberg, 2002).

Por último, a dimensão conflito caracteriza-se pela quantidade, frequência e severidade das discórdias sobre a criança expondo-a a situações de hostilidade.

A coparentalidade é assim entendida por diversos autores como, uma condição imprescindível para o desenvolvimento da criança e a qualidade da relação que esta estabelece com os pais, logo, uma relação coparental baseada em adversidades e conflitos irá estar fortemente associada a problemas comportamentais e emocionais em crianças e adolescentes (Caldera & Lindsey, 2006; Feinberg, 2003, citados por Agostinho, 2009).

Segundo Margolin, Gordis e John (2001), independentemente da relação coparental se refletir em processos diádicos entre os pais, a coparentalidade pode refletir-se na forma como os pais comunicam um sobre o outro com a criança. Quando a coparentalidade é exercida na presença dos pais e da criança, a mesma é caracterizada como coparentalidade explícita. De maneira oposta, quando a coparentalidade acontece aquando da presença de apenas um dos pais e da criança, designa-se por coparentalidade oculta ou inversa.

De acordo com a literatura, vários estudos suportam a ideia de que os pais e as mães têm a mesma perceção do tipo de relação coparental (Azinheiro, 2012; Geiger, 1996 citado por Deutsch, 2001; Wagner, Predebon, & colaboradores, 2005), no entanto, alguns autores apontam diferenças significativas na forma como homens e mulheres percecionam o compromisso de cooperação no que respeita à educação e cuidados da criança.

Num estudo realizado por Abidin e Brunner (1995), os investigadores encontraram diferenças na perceção do tipo de relação de coparentalidade entre pais e mães. Os resultados obtidos sugerem que as mães terão uma maior perceção da coparentalidade do que os pais.

Existem ainda estudos que mostram que a variável género do/a filho/a influencia a coparentalidade (Feinberg & Kan, 2008; McHale, 1995). Num estudo realizado por McHale (1995) o investigador verificou que, no caso de existirem problemas conjugais entre os pais, na presença de uma menina o pai tende a retrair-se na relação, enquanto que na presença de um menino, a relação coparental é marcada pela competição e pela agressão verbal.

Já na perspetiva de Geiger (1996, citado por Deutsch, 2001), existem poucas diferenças nos comportamentos referentes à relação de coparentalidade entre pais e mães, que são progenitores pela primeira vez. Segundo este autor, uma das explicações para que tal aconteça consiste no facto de a parentalidade implicar uma reorganização familiar, refletindo-se sobre uma divisão mais igualitária e justa das tarefas domésticas entre homens e mulheres (Cowan & Cowan, 1992, citados por Deutsch, 2001).

Num estudo realizado por Margolin, Gordis e John (2001) verificou-se que em casais com filhos/as em idades pré-escolares existia uma maior cooperação entre si do que em pais de pré-adolescentes. De acordo com os autores, a coparentalidade em casais com filhos/as em idades pré-escolares exige um alto nível de cooperação e um grande trabalho em conjunto para atender às necessidades diárias da criança.

Por sua vez, os estudos de Van Egeren (2004), apontam para uma maior satisfação na coparentalidade dos pais em comparação com as mães e, este facto, pode ser explicado pelas mudanças que ocorrem com a transição para a parentalidade, que serão maiores para as mães, pois são elas que mais frequentemente ficam em casa a cuidar do/a bebé, que amamentam e cuidam das tarefas domésticas.

McBride e Rane (1998) referem, por seu lado, a existência de diferenças entre os géneros no que respeita à coparentalidade, apontando para um maior envolvimento das mulheres nas questões relativas à criação dos filhos (Agostinho, 2009).

Baião (2008), realizou um estudo comparativo entre famílias com filhos/as autistas e famílias com filhos/as sem autismo e concluiu, relativamente à aliança coparental, que as famílias de crianças sem autismo parecem manifestar níveis superiores de aliança comparativamente com as famílias de crianças com autismo. Neste mesmo estudo a autora verificou que, enquanto nas famílias de crianças com autismo os pais apresentaram níveis de aliança parental superior às mães, nas famílias com crianças sem autismo não se registaram diferenças entre pais e mães.

Num estudo realizado por Bosa e Sifuentes (2010), para perceber o apoio e a partilha de tarefas em famílias com filhos/as com autismo, concluiu-se que as tarefas parentais não são partilhadas de forma igualitária entre o casal, existindo especificidades na distribuição destas tarefas, observando-se como tendência a preponderância das mães na execução das tarefas de cuidado do/a filho/a com deficiência. Neste estudo, foi ainda demonstrado que a solidariedade e o apoio entre o casal ocorrem principalmente na fase do diagnóstico e de dificuldades comportamentais do/a filho/a. Os investigadores

concluíram ainda que, uma das maiores fontes de conflito entre o casal provinha das divergências quanto às práticas educativas e a questões de superproteção e/ou delimitação de limites em relação ao/à filho/a portador/a de deficiência.

Outra investigação conduzida por Aldersey (2012) revelou que, a capacidade da família para restabelecer o equilíbrio após o nascimento de um filho com necessidades educativas e aceitá-lo como parte integrante da família promove o desenvolvimento positivo da mesma. Este estudo permitiu ainda concluir que, quanto mais comprometidas se encontram as famílias, mais fortes são as suas interligações familiares, o que se revela um fator fundamental para a aceitação da problemática da criança e também para a defesa dos seus direitos.

Um outro estudo elaborado por Quitério (2012), numa amostra de 36 famílias com crianças com necessidades educativas, que teve como objetivo analisar as implicações da presença de crianças com NE na dinâmica familiar, o investigador concluiu que, as famílias despendem a maior parte do seu tempo em atividades que envolvem diretamente os seus filhos, como é o caso das atividades de reabilitação e das atividades de jogo, descurando vários aspetos da sua vida social, ou seja, os pais e famílias passam a utilizar mais o seu tempo na dedicação direta às crianças com NE, bem como a atividades que façam, de alguma forma, melhorar aspetos associados às problemáticas destas crianças.

Norlin e Broberg (2013) realizaram um estudo na Suécia com mães de crianças com deficiência intelectual e referiram que, as mães destas crianças apresentaram níveis mais baixos de bem-estar do que outros pais. Revelaram ainda, que estes pais experimentaram mais stresse parental do que os pais que pertenciam ao grupo de controlo, concluindo que a coparentalidade é um importante preditor do bem-estar nestas famílias.

Silva, Dessen e Barbosa (2015) realizaram um estudo com casais com e sem filhos com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual (PDI). Os resultados demonstraram que nas famílias sem filhos com PDI os pais e as mães envolvem-se nas atividades dos filhos de igual modo, mas nas famílias com filhos com PDI são as mães que se envolvem mais nas tarefas e, também, as que assumem mais responsabilidades sozinhas comparativamente às outras mães.

O estudo da coparentalidade torna-se assim bastante relevante, na medida em que se apresenta como uma importante contribuição à pesquisa e à prática ao desviar o foco das interações diádicas para as triádicas, acentuando a questão de que qualquer mudança em um dos componentes pode afetar o sistema como um todo. Além disso, origina um

avanço na compreensão da família, ao realçar a importância das relações mais harmoniosas e seus efeitos no desenvolvimento da criança (Frizzo, Kreutz, & colaboradores, 2005).

2.3. A Resiliência nas famílias

Nas últimas décadas, muitos investigadores têm desenvolvido estudos no âmbito da resiliência aplicada à família permitindo o desenvolvimento do conceito de resiliência familiar (Rutter, 1987; Walsh, 2003, citada por Silva, 2009).

A literatura tem demonstrado que algumas famílias conseguem lidar e enfrentar eficazmente com as adversidades que vão encontrando na sua vida, desenvolvendo forças e recursos que promovem o crescimento e o desenvolvimento de todos os membros da família (McCubbin & McCubbin, 1988). Para estes autores, o constructo de resiliência pode ser definido como, o conjunto de características e dimensões familiares que permitem à família resistir às adversidades e aos ciclos de mudança e/ou crises, possibilitando uma adaptação positiva a acontecimentos considerados stressantes e negativos, através do uso dos recursos familiares, de forma a potenciar respostas mais adequadas e eficazes perante dificuldades e adversidades.

Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) mencionam, que existem indivíduos que quando confrontados com situações traumáticas são capazes de superá-las e sair fortalecidos, situação também defendida por Pinheiro (2004), que afirma que alguns indivíduos, quando confrontados com situações adversas na sua vida, se diferenciam de outros, manifestando uma diversidade de respostas adaptativas.

Oliveira, Zanelato e colaboradores (2008) definem a resiliência como, a capacidade que alguns indivíduos possuem para superar as adversidades da vida e persistir a situações adversas, sem perder o seu equilíbrio, ou seja, é a capacidade de um sistema dinâmico se adaptar com sucesso às perturbações que ameaçam a sua função, viabilidade ou o desenvolvimento do sistema (Masten, 2013; 2014; 2015).

Para Simões (2007), é esperado que um indivíduo resiliente possa responder de forma coerente e consistente às dificuldades e desafios, reagindo com flexibilidade, capacidade de recuperação e resistência à frustração sentida, ou seja, uma família resiliente é aquela que consegue rebastecer o equilíbrio familiar perante situações de stress, fortalecendo os seus membros e dotando-os de competências para enfrentarem futuras adversidades (Martins, 2014).

Podemos verificar, através da literatura existente, que a maioria das definições para o constructo resiliência familiar são consensuais nos vários autores, sendo que as mesmas partem de um ponto em comum, a teoria dos sistemas e a teoria da complexidade (Farral, 2012). Segundo os autores Fraser, Galinsky e Richman (1999) a resiliência implica: 1) sobrepor-se às dificuldades e obter êxito apesar de se estar exposto a situações de alto risco; 2) manter a competência mesmo sob pressão, isto é, saber adaptar-se com sucesso; e 3) recuperar-se de um trauma, adaptando-se de forma positiva aos acontecimentos negativos da vida.

Na mesma perspectiva, Rutter (1992) defende que a resiliência é a capacidade que os indivíduos possuem para lidar com os próprios problemas, vencer obstáculos e não ceder à pressão, sendo concetualizada como uma habilidade de persistir nos momentos difíceis mantendo a esperança e a saúde mental. Este autor considera que, a resiliência é um termo que se refere à resistência perante experiências de risco ambientais, a superação de stresse ou adversidades (Rutter, 2006). Na sua opinião, as pessoas que são altamente resilientes tornam-se mais fortes depois de passar por situações difíceis, desenvolvendo confiança em si mesmas e aprendendo novas formas de lidar com as adversidades com que se deparam (Rutter, 1992).

Para Walsh (2016) a resiliência familiar refere-se à capacidade que as famílias detêm para superar e reorganizar o sistema familiar em situações de crise e stresse, acrescentando que esses acontecimentos de tensão podem inviabilizar o sistema familiar provocando um efeito em cascata, afetando todos os membros e, conseqüentemente, todas as relações. A autora salienta ainda que, a resiliência familiar envolve mais do que gerir condições stressantes e sobreviver a uma provocação ou crise, reconhecendo que o potencial de transformação pessoal e relacional pode ser forjado a partir da adversidade e permitir o crescimento e desenvolvimento quer individual quer familiar.

Segundo Poletto e Koller (2008), as situações adversas aumentam a vulnerabilidade dos indivíduos, sendo que a exposição a fatores de risco aumenta os resultados negativos no seu desenvolvimento, como por exemplo: acontecimentos de vida traumáticos; ambientes familiares disfuncionais; relações intrafamiliares com comportamentos abusivos, negligentes ou de violência doméstica (Connor, 2006) e que poderão levar a problemas de comportamento e a perturbações psicopatológicas. É neste propósito, que os investigadores nesta área procuram compreender os fatores de risco e de vulnerabilidade na vida dos indivíduos, com o objetivo de os ajudar, procurando

avaliar os potenciais riscos de desenvolvimento e surgimento de patologias (Laranjeira, 2007).

Na opinião de Martins (2005), defende que a resiliência está intrinsecamente ligada a fatores de risco, fatores de proteção e vulnerabilidade, situação corroborada por outros autores, como Pinheiro (2004), que refere ser importante destacar o binómio risco-proteção e Pereira (2001), que salienta a importância destes fatores para se compreender os mecanismos facilitadores dos processos de resiliência no indivíduo.

Na opinião da autora, entende-se como fatores de risco os acontecimentos adversos que provocam um aumento da vulnerabilidade na família e dos riscos de ocorrência de stresse no indivíduo e nas suas relações, podendo influenciar o desenvolvimento e bem-estar familiar. É assim importante referir que, as famílias têm diferentes maneiras de percecionar os acontecimentos adversos por que passam, o que para umas pode ser sentido como uma situação de risco (gerando stresse) para outras a mesma situação pode ser percecionada como um desafio (Martins, 2005).

Por outro lado, os fatores de proteção classificam-se em três tipos: fatores individuais, como por exemplo: a autonomia, o temperamento afetuoso e flexível, a autoestima e autoconceito positivos, sentido de humor e competências comunicacionais; fatores familiares, como a coesão e a adaptabilidade familiares, a estabilidade, comunicação, respeito mútuo, apoio e suporte entre os membros e, fatores sociais, como por exemplo: suporte e recursos individuais e/ou institucionais.

Podemos assim referir que, os fatores protetores reduzem o impacto das situações de risco, diminuindo as reações negativas em cadeia que podem surgir em consequência da exposição dos membros da família perante a situação de risco, mantendo a autoestima e a autoeficácia e fomentando as hipóteses de reverter as consequências das situações de stresse (Rutter, 1987).

Numa investigação desenvolvida por Bayat (2007), junto de 175 mães, pais e outros cuidadores de crianças com autismo, o autor verificou que as famílias destas crianças podem ser consideradas famílias resilientes, pois não obstante todas as adversidades que vivenciam conseguem desenvolver-se positivamente, isto é, o investigador concluiu que existem diversos fatores que promovem a resiliência na família, tais como a capacidade para impulsionar recursos, a coesão familiar, o suporte espiritual, a perceção positiva perante o problema e uma valorização da vida em geral.

Num estudo de Apolónio e Franco (2009), numa amostra com mães de crianças com deficiência, com o objetivo de identificar a forma como a família responde à situação, as necessidades que apresenta no percurso do seu desenvolvimento e como se organiza a nível emocional e relacional, os resultados mostraram que a resiliência parece estabelecer-se segundo dois aspetos, a coesão familiar e a força e resistência psicológica.

Numa investigação realizada por Brown, Howcroft e Muthen (2010), com o objetivo de aferir e caracterizar os fatores que favorecem o ajuste e a adaptação das famílias de crianças com perturbação de hiperatividade com défice de atenção (PHDA), os autores concluíram que a capacidade para apoiar os seus membros, as competências comunicativas no ambiente familiar, a capacidade para instigar recursos significativos e o suporte social, revelaram-se como os principais indicadores de resiliência familiar.

Brondeel, Buysse e colaboradores, (2012) realizaram um estudo, cujo objetivo foi avaliar as variáveis que mediavam os efeitos da deficiência do adolescente na qualidade de vida dos pais. Este estudo permitiu concluir que o impacto proveniente da deficiência foi parcialmente mediado pela resiliência. Os investigadores defendem assim que, a resiliência é um processo que possibilita uma adaptação afetiva a elevados fatores de stresse, através da mobilização de recursos individuais e ambientais, sendo um fator de proteção importante perante situações de crise.

Na mesma perspetiva Lucas, Vilelas e colaboradores (2013) evidenciam que os fatores de proteção e os recursos não eliminam as vivências traumáticas, mas transformam o modo como as pessoas enfrentam as situações. Quanto maior for o número de fatores de proteção, mais diversidade na capacidade de resposta o indivíduo tem. Estes autores defendem que, a multiplicidade de respostas e os procedimentos individuais confirmam o desenvolvimento e a maturidade psíquica, possibilitando desta forma o crescimento e a adaptação favorável às situações sentidas como adversas.

Goff et al., (2016) realizaram um estudo para analisar as experiências de coping numa amostra de 445 pais de crianças com Síndrome de Down e concluíram, que os pais relataram características importantes de resiliência, nomeadamente, aceitação do diagnóstico e manter uma atitude positiva em relação ao desenvolvimento dos filhos.

II PARTE
ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 3 – Definição da Problemática, Objetivos e Metodologia

De acordo com a literatura encontramos famílias que conseguem lidar de forma eficaz com a adversidade e outras que apresentam maiores dificuldades.

Entender e aceitar que um filho apresenta necessidades educativas não é uma tarefa fácil para as famílias, pois nem todas apresentam capacidade para se ajustar e reagir do mesmo modo às situações stressantes de vida.

Existem estudos que têm vindo a revelar que, apesar de todas as dificuldades com que as famílias destas crianças se deparam algumas apresentam níveis elevados de adaptação e satisfação com os seus filhos. Independentemente de todo o esforço que é exigido aos pais com filhos com necessidades educativas, alguns referem que se trata de uma experiência positiva e insubstituível (Coll, Marchesi, & Palacios, 2004).

As famílias que se defrontam com acontecimentos stressantes e desfavoráveis e que apresentam padrões de comportamento positivos e competência funcional aumentam, conseqüentemente, a coesão e o bem-estar familiar (McCubbin, 1993).

Através da revisão da literatura consideraram-se pertinentes as seguintes questões de investigação para conceptualizar a problemática e os objetivos do presente estudo:

- Será que os pais de crianças com necessidades educativas apresentam bons níveis de resiliência, coparentalidade, coesão e adaptabilidade?

- Como se caracterizam ao nível da coparentalidade os pais de crianças com necessidades educativas relativamente à cooperação, triangulação e conflito?

- Como se caracterizam as famílias com crianças com NE ao nível da coesão e da adaptabilidade?

- Será que pais resilientes apresentam níveis elevados de coparentalidade, coesão e adaptabilidade?

-Existirão diferenças entre pais e mães ao nível da resiliência, da coparentalidade, coesão e adaptabilidade?

- Estará o género da criança com NE associado à resiliência, coparentalidade, coesão e adaptabilidade dos pais?

-Estarão as variáveis sociodemográficas dos pais associadas à resiliência, coparentalidade, coesão e adaptabilidade?

- Existirão diferenças ao nível da resiliência individual e da resiliência familiar nos pais de crianças com NE?

- Serão as variáveis coparentalidade, coesão e adaptabilidade influenciadas pela resiliência dos pais de crianças com necessidades educativas?

Os argumentos que sustentam a presente investigação passam, fundamentalmente, por conhecer e compreender o processo de adaptação das famílias, perceber o modo como estas reagem às adversidades que se constitui lidar e educar um filho com necessidades educativas e como podem estas famílias desenvolver resiliência.

3.1. Objetivo geral e objetivos específicos

De forma a dar resposta às questões de investigação formuladas pretende-se, como objetivo geral deste estudo, analisar os efeitos da coesão, adaptabilidade, coparentalidade e resiliência em famílias de crianças com necessidades educativas.

Como objetivos específicos pretende-se:

- Analisar a coparentalidade, a coesão, a adaptabilidade e a resiliência numa amostra de pais e mães de crianças com NE;

- Compreender a relação entre a coparentalidade, a coesão e a adaptabilidade numa amostra de pais e mães de crianças com NE;

- Comparar se os níveis elevados de coparentalidade, adaptabilidade e coesão estão relacionados com níveis elevados de resiliência;

- Verificar se a coparentalidade, a adaptabilidade, a coesão e a resiliência variam consoante o género dos sujeitos da amostra;

- Determinar se o género da criança com NE se relaciona com a coparentalidade, a coesão, a resiliência e a adaptabilidade dos pais;

- Analisar as relações entre fatores sociodemográficos, coparentalidade, coesão, adaptabilidade e resiliência familiar;

- Examinar o impacto das variáveis coparentalidade, coesão e adaptabilidade na resiliência das famílias de crianças com necessidades educativas.

3.2. Metodologia

3.2.1. Tipo de estudo e variáveis de investigação

A investigação desenvolvida apresenta um desenho transversal, de cariz exploratório, descritivo e correlacional, uma vez que através da análise de relações entre diferentes variáveis procura explicar e prever padrões de comportamento (Fortin, 1999).

Esta investigação pretende investigar a adaptabilidade, a coesão e a coparentalidade, enquanto promotores de resiliência, numa amostra de pais e mães com filhos que apresentam necessidades educativas.

3.2.2. Seleção da amostra

Considerando os objetivos desta investigação, a população alvo do estudo é constituída por pais e mães de crianças entre os 3 e os 16 anos de idade que apresentam necessidades educativas (requisitos para a inclusão na amostra).

Os dados obtidos foram recolhidos, num primeiro momento, na Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC) em Faro e num segundo momento, no Agrupamento de Escolas ESPAMOL em Lagoa e na Academia de Educação e Terapia (AET), que opera em toda a zona do Algarve.

A amostra total deste estudo é constituída por 85 sujeitos ($N = 85$), sendo uma amostra não probabilística, intencional e de conveniência, uma vez que os participantes foram selecionados por facilidade e disponibilidade de acesso (Almeida & Freire, 2008).

3.2.3. Caracterização da amostra

A amostra deste estudo é composta por 85 sujeitos, em que 37.6% ($n = 32$) são do género masculino e 62.4% ($n = 53$) do género feminino (Tabela 1), com idades compreendidas entre os 24 e os 59 anos de idade, sendo a média das idades de 38.22 anos ($DP = 6.41$).

Quanto ao estado civil, verifica-se que 84.7% ($n = 72$) dos indivíduos são casados ou vivem em união de facto, 9.4% ($n = 8$) dos indivíduos são solteiros, 4.7% ($n = 4$) são divorciados e 1.2% ($n = 1$) dos inquiridos é viúvo.

Tabela 1. Caracterização da amostra.

	Frequência (<i>n</i>)	Percentagens (%)
Género		
Masculino	32	37.6%
Feminino	53	62.4%
Estado Civil		
Casado/União de Facto	72	84.7%
Solteiro	8	9.4%
Divorciado	4	4.7%
Viúvo	1	1.2%
Habilitações Académicas		
1º. Ciclo	8	9.4%
2º. Ciclo	11	12.9%
3º. Ciclo	17	20.0%
Ensino Secundário	31	36.5%
Ensino Superior	18	21.2%
Situação Profissional		
Grandes Empresários	5	5.9%
Médios Empresários	12	14.1%
Pequenos Empresários	13	15.3%
Técnicos Administrativos	33	38.8%
Trab.Indiferenciados	17	20.0%
Não respondeu	5	5.9%
Situação face ao Emprego		
Empreg. tempo inteiro	52	61.2%
Empreg. tempo parcial	6	7.1%
Desempregado	27	31.8%
Número de Filhos		
1 filho	31	36.5%
2 filhos	36	42.4%
3 filhos	16	18.8%
4 filhos	1	1.2%
5 filhos	1	1.2%
Posição do Filho na fratria		
1	42	49.4%
2	34	40.0%
3	8	9.4%
4	-	---%
5	1	1.2%
Género Criança com NEE		
Masculino	61	71.8%
Feminino	24	28.2%

Relativamente às habilitações literárias, verifica-se que a maior parte dos pais possui o ensino secundário 36.5% ($n = 31$), 20.0% ($n = 17$) o 3.º Ciclo e 21.2% ($n = 18$)

concluíram o ensino superior, sendo que profissionalmente, 38.8% ($n = 33$) trabalha como técnico administrativo e 20.0% ($n = 17$) são trabalhadores indiferenciados.

No que respeita ao emprego, a maioria dos inquiridos trabalha a tempo inteiro 61.2% ($n = 52$); 31.8% ($n = 27$) encontram-se em situação de desemprego e 5.9% ($n = 5$) não respondeu (Tabela 1).

A maior parte das famílias inquiridas tem um (36.5%; $n = 31$) ou dois filhos (42.4%; $n = 36$), maioritariamente do sexo masculino (71.8%; $n = 61$), sendo que a idade destes varia entre 3 e 16 anos de idade ($M = 7.15$; $DP = 2.62$).

Quanto à posição do filho com NE na fratria esta é, na maioria dos casos, o mais velho (ou filho único) (49.4%; $n = 42$), sendo que em 40.0% dos casos ($n = 34$), é o segundo filho e 9.4% ($n = 8$) o terceiro filho da fratria (Tabela 1).

3.3. Instrumentos

De forma a responder aos objetivos delineados para esta investigação foram selecionados os seguintes instrumentos:

- Questionário de Dados Sociodemográficos;
- Questionário da Coparentalidade;
- *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* – Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar (FACES III);
- *Measuring State Resilience* (MSR);
- *Family Resilience Assessment Scale* (FRAS).

3.3.1. Questionário de Dados Sociodemográficos

O Questionário de Dados Sociodemográficos construído para esta investigação foi utilizado para caracterização da amostra (Apêndice 2).

Pretende recolher os seguintes dados: género, idade, estado civil, habilitações literárias, profissão, situação face ao emprego, número de filhos, posição do filho com necessidades educativas na fratria, género e idade do filho com NE.

3.3.2. Questionário de Coparentalidade

O Questionário de Coparentalidade (Margolin, Gordis, & John, 2001), tem por objetivo avaliar os níveis de suporte e coordenação entre ambos os pais ou figuras parentais, no que respeita ao desempenho das suas funções e responsabilidades na educação da criança (Anexo 1, exemplos de itens).

A versão portuguesa utilizada é a adaptada por Pedro e Ribeiro (2008), composta por 14 itens, agrupados em três dimensões que permitem avaliar a coparentalidade: a cooperação (itens 1 a 5), a triangulação (itens 6 a 9) e o conflito (itens 10 a 14) (Margolin, Gordis, & John, 2001).

O fator cooperação traduz em que medida os cônjuges partilham as responsabilidades parentais e se valorizam, respeitam e se apoiam mutuamente. O fator triangulação refere-se ao grau em que um dos cônjuges cria uma coligação com o/um do(s) filho(s), menosprezando e/ou excluindo o outro. Por último, o fator conflito refere-se ao grau de desacordo entre os cônjuges e o quão se desvalorizam mutuamente (Yoki, 2009).

As respostas aos diversos itens inscrevem-se numa escala de *Likert* de cinco pontos que varia de 1 - “*Nunca*” a 5 - “*Sempre*”. A pontuação final reflete as perceções que os pais têm um do outro, relativamente ao desempenho das suas funções parentais e suporte mútuo. Assim, os valores da coparentalidade que correspondem à figura materna, advêm dos itens respondidos pela figura paterna e vice-versa (Margolin, Gordis, & John, 2001).

Este instrumento apresentou uma forte consistência interna nas três dimensões acima referidas apresentando um alfa de *Cronbach* que varia entre .69 e .87 (Margolin, Gordis, & John, 2001). No presente estudo obtivemos um alfa de *Cronbach* de $\alpha = .93$, sendo os alfas para as três dimensões de $\alpha = .88$ para a dimensão Cooperação, $\alpha = .98$ para a dimensão Triangulação e de $\alpha = .83$ para a dimensão Conflito.

3.3.3. *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* – Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar (FACES III)

A FACES III é a terceira versão da escala original FACES – *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale*, desenvolvida em 1980 por Olson, Russel, & Sprenkle. Foi adaptada para a população portuguesa por Curral e colaboradores, em 1999.

É uma escala de autoavaliação que permite medir duas dimensões da dinâmica familiar, a coesão e a adaptabilidade. A coesão familiar, consiste na ligação emocional que existe entre os membros da família e a adaptabilidade, representa a consistência de papéis, regras e expectativas no seio familiar e a capacidade da família para se ajustar face a situações de stress (Curral e colaboradores, 1999) (Anexo 2, exemplos de itens).

É constituída por 20 itens de resposta tipo *likert* de cinco pontos, em que as opções de resposta são: *Nunca ou quase nunca*, *Uma vez por outra*, *Algumas vezes*, *Frequentemente* e *Sempre ou quase sempre*. Numa primeira fase, solicita-se aos indivíduos que respondam aos 20 itens apresentados, descrevendo a sua família, o que corresponde à coesão e adaptabilidade percebidas. Posteriormente, os mesmos itens são apresentados, sob a forma do desejado, sendo pedido que assinalem a sua resposta tendo em atenção a premissa: *Idealmente, como gostaria que a sua família fosse*, o que corresponde à adaptabilidade e coesão idealizadas.

Os itens ímpares avaliam a dimensão coesão e os itens pares avaliam a dimensão adaptabilidade. Assim, a coesão é medida através da soma da pontuação obtida em cada um dos itens ímpares (entre 1 e 5 valores), procedendo-se da mesma forma para a adaptabilidade com a soma dos itens pares.

Os itens 18 e 20 são cotados inversamente (Falceto, 1997).

Tabela 2. Tipos de família segundo as pontuações obtidas na FACES III.

	Pontuações	Coesão	Adaptabilidade
8	50 - 48	Emaranhada	Caótica
7	47 - 46		
6	45 - 43	Ligada	Flexível
5	42 - 41		
4	40 - 38	Separada	Estruturada
3	37 - 35		
2	34 - 25	Desligada	Rígida
1	24 - 10		

Na dimensão coesão, as famílias podem ser classificadas como *desligadas*, *separadas*, *ligadas* e *emaranhadas* (Tabela 2) e na dimensão adaptabilidade, as famílias podem ser classificadas como *rígidas*, *estruturadas*, *flexíveis* e *caóticas* (Tabela 2).

No presente estudo, optou-se por aplicar somente a primeira parte da escala para avaliar apenas a coesão e a adaptabilidade percebidas nas famílias.

Os resultados obtidos pelos membros da família, quando são os dois progenitores a responder, devem ser combinados através de uma média da família nas duas dimensões, permitindo a identificação do tipo de família (Alves, 2003).

Estas classificações permitem-nos identificar 16 tipos específicos de famílias. As dimensões devem ser interpretadas de forma curvilínea, pelo que o funcionamento familiar ótimo é refletido por valores intermédios (Jesus, 2009).

Através da diferença entre as duas dimensões idealizadas e percebidas é igualmente possível obter o grau de (in) satisfação da família (Alves, 2003).

As características psicométricas da FACES III indicam um coeficiente de consistência interna de alfa de *Cronbach* de .80 para a coesão e de .62 para a adaptabilidade (Curral et al., 1999).

No presente estudo, obtivemos um alfa de *Cronbach* de .76 na escala total, obtendo-se um alfa de *Cronbach* de .84 para a dimensão coesão e de .39 para a dimensão adaptabilidade.

3.3.4. *Measuring State Resilience (MSR)*

A *Measuring State Resilience* foi desenvolvida por Hiew (1998) e adaptada à população portuguesa por Martins (2005), num estudo com uma amostra de 905 sujeitos, entre os 12 e os 17 anos de idade.

É uma das escalas que, em conjunto com a *Measuring Child Resilience* (MCR), constituem o inventário *Measuring State Child Resilience* (MSCR). Neste estudo iremos utilizar apenas a MSR.

A escala tem como objetivo avaliar a intensidade da resiliência nos indivíduos e foi construída com base na conceção de resiliência de Grotberg, que referencia a existência de três fatores fundamentais: (1) o fator *I am* (Eu sou), que diz respeito às forças pessoais e internas do sujeito; (2) o fator *I can* (Eu posso) que se refere às competências e habilidades pessoais e sociais, sendo estes dois fatores constituídos pelos

itens: 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14; e por último o fator *I have* (Eu tenho) onde se incluem as relações e os papéis desempenhados pelo indivíduo, sendo este constituído pelos itens: 1, 2, 3, 4, 5 e 7.

A escala MSR é composta por 14 itens que descrevem as características atuais da resiliência e a cotação pode variar entre 15 e 75 pontos. Encontra-se organizada numa escala tipo *likert* de cinco pontos, num *continuum* entre *Discordo Totalmente*, *Discordo*, *Neutro*, *Concordo* e *Concordo Totalmente* (Anexo 3, exemplos de itens).

Relativamente às propriedades psicométricas, esta escala apresenta características de fidelidade e validade satisfatórias, com um alfa de *Cronbach* de .77, um valor que se encontra dentro do intervalo de valores apresentado no estudo original (.76 a .81).

No presente estudo, obtivemos um alfa de .82 para a escala total, obtendo-se um alfa de *Cronbach* de .80 para a dimensão *I am/ I can* e de .64 para a dimensão *I have*.

3.3.5. *Family Resilience Assessment Scale (FRAS)*

A FRAS foi desenvolvida por Sixbey (2005) e a versão portuguesa encontra-se ainda em processo de adaptação para a população portuguesa por Martins (2017), existindo, contudo, resultados preliminares. O seu objetivo é avaliar a capacidade que a família apresenta para enfrentar as adversidades, ou seja, a resiliência familiar, recorrendo ao Modelo de Resiliência de Froma Walsh.

A escala avalia a resiliência da família de acordo com seis fatores:

- a) comunicação familiar e a resolução de problemas (FCPS);
- b) utilização de recursos sociais e económicos (USER);
- c) manutenção de uma perspetiva positiva (MPO);
- d) ligações familiares (FC);
- e) espiritualidade familiar (FS) e

f) capacidade de atribuir um sentido à adversidade (AMMA) (Sixbey, 2005) (Anexo 4, exemplos de itens).

É constituída na versão original por 66 afirmações, onde é pedido aos participantes que classifiquem a sua família com base numa escala *likert* de quatro pontos, que varia entre 1 – *Discordo Totalmente*, 2 – *Discordo*, 3 – *Concordo* e 4 – *Concordo Totalmente*, com uma pontuação que pode variar entre os 54 e os 216 pontos. Os valores mais baixos indicam fraca resiliência familiar e valores mais altos são indicadores de elevada resiliência familiar.

Os resultados da adaptação apresentam um alfa de *Cronbach* de .96 para a escala total e valores que variam entre .75 e .96 (Sixbey, 2005).

Considerando-se os resultados obtidos na validação deste instrumento, a investigadora optou por não se utilizar os itens 1, 2, 4, 6, 7, 14, 15, 20, 37, 44, 45 e 53, e inverter-se os itens 48, 57 e 62. Os resultados foram analisados nas diferentes seis subescalas, Comunicação Familiar e Resolução de Problemas (itens: 3, 11, 12, 13, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 51, 52, 58, 60, 64, 65, 66), Utilização de Recursos Sociais e Económicos (itens: 18, 27, 40, 41, 49, 50, 55, 61, 62), Manter uma Perspetiva Positiva (itens: 21, 29, 30, 43, 47, 63), Ligações Familiares (itens: 5, 42, 48, 57, 59), Espiritualidade Familiar (itens: 19, 46, 54, 56), e Capacidade de Dar Sentido à Adversidade (itens: 8, 9, 10).

A versão portuguesa da escala (Martins, 2017) apresenta um alfa de *Cronbach* de .90 para a escala total e no que diz respeito aos resultados do alfa de *Cronbach* das diferentes subescalas apresentam: Comunicação familiar e resolução de problemas – $\alpha = .91$, Utilização de recursos sociais e económicos – $\alpha = .68$, Manter uma perspetiva positiva – $\alpha = .80$, Ligações familiares – $\alpha = .94$, Espiritualidade familiar – $\alpha = .84$, Capacidade de dar sentido à adversidade – $\alpha = .54$.

No presente estudo o alfa de *Cronbach* total foi de .97, sendo que obtivemos ainda os alfas para cada uma das dimensões da escala: Comunicação Familiar e Resolução de Problemas (FCPS) - $\alpha = .98$, Utilização de Recursos Económicos e sociais (USER) - $\alpha = .72$, Manter uma Perspetiva Positiva (MPO) - $\alpha = .95$, Ligações Familiares (FC) - $\alpha = .26$, Espiritualidade Familiar (FS) - $\alpha = .65$, e Capacidade de Dar Significado à Adversidade (AMMA) - $\alpha = .89$.

No geral, estes valores de alfa são considerados aceitáveis, exceto o valor obtido na dimensão Ligações Familiares, sendo este valor mais baixo que todos os outros e podendo estar relacionado quer com o número de itens, quer com o número de sujeitos da amostra (Cortina, 1993).

3.4. Procedimentos de recolha e tratamento de dados

Na primeira fase deste estudo foram solicitadas as autorizações aos autores para a utilização dos instrumentos selecionados e, posteriormente, requeridas as respetivas autorizações às instituições, nomeadamente, Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC), Direção do Agrupamento de Escolas ESPAMOL em Lagoa e Academia de Educação e Terapia (AET), no Parchal, para a aplicação dos questionários.

Os participantes foram informados que a participação é anónima e voluntária, sendo entregue previamente a cada um o Pedido de Colaboração e o Consentimento Informado, indicando os objetivos desta investigação, a garantia da confidencialidade e o anonimato dos dados recolhidos e ainda a possibilidade de terem acesso no final, aos resultados do estudo (Apêndice 1).

A aplicação dos questionários foi realizada junto de pais e mães com filhos que apresentam necessidades educativas.

Após a recolha dos dados, procedeu-se a uma análise dos mesmos, através de tratamento estatístico com recurso ao programa *SPSS – Statistical Package for Social Sciences* - Versão 25.

Numa primeira etapa, procedeu-se à análise descritiva das variáveis, de forma a sistematizar e analisar as informações recolhidas através da média, desvio-padrão, valor mínimo e máximo.

Num segundo momento, procurou explorar-se a relação entre as variáveis através de correlações e testes de diferenças. No caso das correlações recorreu-se à correlação de *Pearson*, pois permite medir a força da relação linear entre duas variáveis (Nicewander & Rodgers, 1988). A força é determinada pelo coeficiente de correlação e considera-se que não existe correlação quando o valor varia entre 0.09 e 0.0 ou 0.0 e 0.09; a correlação é considerada fraca quando os valores se situam entre -0.3 e -0.1 ou 0.1 e 0.3; moderada para valores entre -0.5 e -0.3 e 0.3 e 0.5; e forte quando os valores se encontram entre -1.0 e 0.5 ou 0.5 e 1.0 (Cohen, 1988).

Para se verificar possíveis diferenças entre os grupos utilizou-se o teste não paramétrico *Mann Whitney U*, pois permite verificar a existência de diferenças significativas entre dois grupos quando um deles ou ambos apresentam uma amostragem inferior a 30 sujeitos e/ou não está garantida a normalidade (Fay & Proschan, 2010), e o teste *Kruskall-Wallis* que permite comparar mais do que dois grupos simultaneamente para amostras cuja normalidade não pode ser assumida (Dancey & Reidy, 2011), sendo o caso do presente estudo, na medida em que não está garantida a normalidade dos grupos testados.

Para avaliar o valor preditivo das variáveis em estudo utilizou-se uma Regressão Linear Múltipla, que analisa o efeito das variáveis independentes numa variável dependente (Dancey & Reidy, 2011).

De forma a garantir que os resultados encontrados são estatisticamente significativos, utilizou-se um nível de significância de 0.05 (Stigler, 2008).

No capítulo seguinte apresentamos os resultados do nosso estudo.

Capítulo 4 - Apresentação dos Resultados

4.1. Análise Descritiva

4.1.1. Coesão e Adaptabilidade familiar

Para avaliar a coesão e a adaptabilidade familiar recorreu-se à escala FACES III.

Ao analisar a Tabela 3, é possível verificar que dos 10 itens que compõem a dimensão coesão (itens ímpares), os que apresentam as médias mais elevadas são os relativos à “A união familiar é muito importante” ($M = 4.72$; $DP = 0.62$) e “Os membros das famílias sentem-se muito próximos uns dos outros” ($M = 4.13$; $DP = 1.02$). Por outro lado, as médias mais baixas são encontradas em “Os membros da família consultam outros membros da família sobre as suas decisões” ($M = 3.47$; $DP = 1.13$) e “Os membros da família sentem-se mais próximos de outros membros da família do que de pessoas de fora” ($M = 3.62$; $DP = 1.09$). Todas as médias referentes à dimensão coesão encontram-se acima dos 3 valores, evidenciando estes pais uma elevada coesão.

No que diz respeito aos 10 itens que compõem a dimensão adaptabilidade (itens pares), a maior parte deles apresenta valores médios mais baixos do que a dimensão coesão, sendo que as médias mais elevadas são encontradas nos itens “É difícil dizer quem faz cada uma das tarefas domésticas” ($M = 3.51$; $DP = 1.35$) e “Podemos trocar a responsabilidade das tarefas domésticas de uma pessoa para outra” ($M = 3.48$; $DP = 0.99$).

Por sua vez, as médias mais baixas são encontradas nos itens “Na nossa família são os filhos que tomam decisões” ($M = 1.73$; $DP = 0.98$) e “Na nossa família pessoas diferentes agem como líderes” ($M = 2.39$; $DP = 1.26$) (Tabela 3).

No cálculo das subescalas (somatório dos itens), os resultados podem situar-se entre 15 e 50. Desta forma, quando se analisam as duas dimensões que compõem a escala, verifica-se que os sujeitos inquiridos apresentam resultados médios mais elevados na dimensão coesão ($M = 39.32$; $DP = 6.31$; $Min = 15$; $Max = 50$) face à dimensão adaptabilidade ($M = 29.31$; $DP = 4.60$; $Min = 17$; $Max = 41$). Obteve-se ainda uma média total de 68.64 ($DP = 9.18$) (Tabela 3).

Tabela 3. Estatística Descritiva (*M*, *DP*, *Min* e *Max*) para os itens da FACES III.

Item	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>
1. Os membros da família pedem ajuda um ao outro.	4.03	1.04	1	5
2. Para resolver os problemas são seguidas as sugestões dos filhos.	2.92	1.01	1	5
3. Aprovamos os amigos de cada um dos membros da família.	3.81	1.01	1	5
4. Os filhos têm uma palavra a dizer no que diz respeito à sua educação.	2.84	1.12	1	5
5. Gostamos de fazer coisas com a nossa família mais chegada.	4.05	1.01	1	5
6. Na nossa família pessoas diferentes agem como líderes.	2.39	1.26	1	5
7. Os membros da família sentem-se mais próximos de outros membros da família do que de pessoas de fora.	3.62	1.09	1	5
8. A nossa família pode mudar a maneira de executar as tarefas.	3.32	0.95	1	5
9. Os membros da família gostam de ocupar o tempo livre uns com os outros.	3.88	0.99	1	5
10. Os pais e os filhos discutem os castigos conjuntamente.	2.85	1.35	1	5
11. Os membros das famílias sentem-se muito próximos uns dos outros.	4.13	1.02	1	5
12. Na nossa família são os filhos que tomam decisões.	1.73	0.98	1	5
13. Quando a nossa família se junta para alguma atividade toda a gente está presente.	3.71	1.03	1	5
14. As regras podem mudar na nossa família.	2.99	0.95	1	5
15. Podemos facilmente pensar sobre coisas que a família possa fazer em conjunto.	3.91	0.85	1	5
16. Podemos trocar a responsabilidade das tarefas domésticas de uma pessoa para outra.	3.48	0.99	1	5
17. Os membros da família consultam outros membros da família sobre as suas decisões.	3.47	1.13	1	5
18. É difícil identificar quem manda na nossa família.	3.31	1.55	1	5
19. A união familiar é muito importante.	4.72	0.62	2	5
20. É difícil dizer quem faz cada uma das tarefas domésticas.	3.51	1.35	1	5
Coesão	39.32	6.31	15.00	50.00
Adaptabilidade	29.31	4.60	17.00	41.00
TOTAL	68.64	9.18		

A FACES III permite ainda categorizar quatro tipos de famílias para cada uma das dimensões. Relativamente à coesão, a maior parte da amostra pertence a uma família

Separada ($n = 31$; 36.5%), sendo que o tipo com menor percentagem é o *Emaranhada* ($n = 11$; 12.9%) (Tabela 4). No que respeita à adaptabilidade, 90.5% ($n = 77$) pertencem ao tipo *Rígida*, 8.2% ($n = 7$) ao tipo *Estruturada* e 1.2% ($n = 1$) ao tipo *Flexível*, sendo que nesta amostra não há registo de famílias *Caóticas* (Tabela 4).

Tabela 4. Frequências segundo o tipo de família para as dimensões coesão e adaptabilidade.

Coesão	<i>n</i>	%	Adaptabilidade	<i>n</i>	%
Emaranhada	11	12.9%	Caótica	0	0
Ligada	27	31.8%	Flexível	1	1.2%
Separada	31	36.5%	Estruturada	7	8.2%
Desligada	16	18.8%	Rígida	77	90.5%

Este instrumento permite ainda avaliar as famílias de acordo com o Modelo Circumplexo de Olson, Russell e Sprenkle (1989), que categoriza 16 tipos de famílias em três níveis: equilibrado, meio termo e desequilibrado. Na tabela 5 é possível verificar que a maior parte das famílias encontra-se no meio termo no que respeita ao equilíbrio ($n = 54$; 63.5%), havendo, no entanto, mais famílias desequilibradas ($n = 27$; 31.7%) do que equilibradas ($n = 4$; 4.7%).

Tabela 5. Frequências segundo o tipo de família.

Tipo de Família	<i>n</i>	%
Desequilibrado	27	31.7%
Meio-Termo	54	63.5%
Equilibrado	4	4.7%

4.1.2. Coparentalidade

A coparentalidade foi avaliada através do Questionário da Coparentalidade (Margolin, Gordis, & John, 2001), que permite conceptualizar esta variável em três dimensões: a Cooperação, a Triangulação e o Conflito.

As pontuações para toda a escala situam-se acima dos 3 valores, indicando que estes pais apresentam valores acima da média no que respeita à coparentalidade ($M = 52.11$; $DP = 14.35$).

O item mais elevado encontrado em toda a escala foi “O meu companheiro/A minha companheira fala muito bem de mim ao nosso filho” ($M = 4.36$; $DP = 0.94$),

pertencendo à dimensão Cooperação e os itens mais baixos de toda a escala respectivamente em “O meu companheiro/A minha companheira e eu temos regras diferentes no que diz respeito à alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa do nosso filho” ($M = 3.27$; $DP = 1.54$) e “O meu companheiro/A minha companheira e eu temos níveis diferentes de exigência relativamente ao comportamento do nosso filho” ($M = 3.27$; $DP = 1.29$), pertencendo à dimensão Conflito (Tabela 6).

Tabela 6. Estatística Descritiva (M , DP , Min e Max) para os itens do Questionário da Coparentalidade.

Item	M	DP	Min	Max
O meu companheiro/A minha companheira...				
1. Conta-me muitas coisas acerca do nosso filho.	4.31	1.03	1	5
2. Põe-me a par de tudo o que acontece durante o dia-a-dia do nosso filho.	4.25	1.05	1	5
3. Fala muito bem de mim ao nosso filho.	4.36	0.94	1	5
4. Pergunta a minha opinião sobre assuntos relacionados com o nosso filho.	4.00	1.04	1	5
5. Participa na resolução dos problemas disciplinares relacionados com o nosso filho.	4.32	1.03	1	5
6. Diz coisas cruéis acerca de mim, ou que me magoam, em frente do nosso filho.	3.38	1.64	1	5
7. Usa o nosso filho contra mim.	3.40	1.85	1	5
8. Quando discutimos, tenta manipular o nosso filho para que ele tome o partido de um de nós.	3.45	1.84	1	5
9. Envia-me mensagens pelo nosso filho em vez de falar diretamente comigo.	3.36	1.84	1	5
10. E eu temos regras diferentes no que diz respeito à alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa do nosso filho.	3.27	1.54	1	5
11. E eu temos níveis diferentes de exigência relativamente ao comportamento do nosso filho.	3.27	1.29	1	5
12. Discute comigo por causa do nosso filho.	3.31	1.47	1	5
13. Concorde com as minhas decisões relativas à disciplina do nosso filho.	4.00	0.92	1	5
14. Enfraquece, pouco a pouco, a minha posição de pai/mãe.	3.45	1.71	1	5

Na dimensão cooperação o valor médio mais elevado foi encontrado no item “O meu companheiro/A minha companheira fala muito bem de mim ao nosso filho” ($M = 4.36$; $DP = 0.94$) e o valor médio mais baixo foi encontrado no item “O meu companheiro/A minha companheira pergunta a minha opinião sobre assuntos relacionados com o nosso filho” ($M = 4.00$; $DP = 1.04$) (Tabela 6).

Na dimensão Triangulação, o item com média superior foi “O meu companheiro/A minha companheira, quando discutimos, tenta manipular o nosso filho para que ele tome o partido de um de nós” ($M = 3.45$; $DP = 1.84$) e os item com média mais baixa “O meu companheiro/A minha companheira, envia-me mensagens pelo nosso filho em vez de falar diretamente comigo” ($M = 3.36$; $DP = 1.84$) (Tabela 6).

No que respeita à dimensão Conflito o item com média superior foi “O meu companheiro/A minha companheira, concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do nosso filho” ($M = 4.00$; $DP = 0.92$) enquanto que a média mais baixa foi encontrada, respetivamente, nos itens “O meu companheiro/A minha companheira e eu temos regras diferentes no que diz respeito à alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa do nosso filho” ($M = 3.27$; $DP = 1.54$) e “O meu companheiro/A minha companheira e eu temos níveis diferentes de exigência relativamente ao comportamento do nosso filho” ($M = 3.27$; $DP = 1.29$) (Tabela 6).

No que diz respeito às médias das dimensões, para a dimensão Cooperação e Conflito as médias podem variar entre 5 e 25, sendo que para a dimensão Triangulação o intervalo dos valores médios situa-se entre 4 e 20.

Relativamente às médias das dimensões, a dimensão que alcançou os valores mais elevados foi a Cooperação com 21.23 ($DP = 4.22$), seguindo-se o Conflito com 17.29 ($DP = 5.45$) e, por fim, a Triangulação com 13.58 ($DP = 6.96$) (Tabela 7).

Para facilitar a comparação das médias entre as escalas, uma vez que as mesmas têm valores absolutos diferentes, realizou-se a média ponderada, resultando em valores entre 1 e 5. Na Tabela 7 é possível verificar que o valor da Cooperação é o mais elevado e o valor mais baixo o da Triangulação.

Tabela 7. Estatística Descritiva (M , DP , Min e Max) para as dimensões do Questionário da Coparentalidade.

Dimensões	M	DP	Min	Max	Score (1-5)
Cooperação	21.23	4.22	5	25	4.25
Triangulação	13.58	6.96	4	20	3.39
Conflito	17.29	5.45	5	25	3.46

Nota: Valores mais altos na triangulação e conflito são indicativos de um menor conflito e de uma menor triangulação.

4.1.3. Resiliência

A resiliência neste estudo foi avaliada através de duas escalas: a Escala *Measuring State Resilience* (MSR), que avalia a resiliência individual e está dividida em duas dimensões *I am/I can* e *I have* e a Escala *Family Resilience Assessment Scale* (FRAS), que permite avaliar a resiliência familiar.

Na escala MSR, como se pode verificar na Tabela 8, o item que obteve o valor médio mais alto foi “Tenho alguém que gosta de mim” ($M = 4.66$; $DP = 0.62$) e o item que obteve o valor médio mais baixo foi “Tenho fé em Deus” ($M = 3.87$; $DP = 1.16$).

Tabela 8. Estatística Descritiva (M , DP , Min e Max) para os itens da Escala MSR.

Item	M	DP	Min	Max
1. Tenho alguém que gosta de mim.	4.66	0.62	1	5
2. Tenho alguém fora da minha casa a quem posso falar sobre os meus problemas ou sentimentos.	3.98	1.04	1	5
3. Fico satisfeito(a) quando faço as coisas sem ajuda.	4.39	0.81	1	5
4. Sei que posso contar com a minha família quando preciso.	4.39	0.91	1	5
5. Eu acredito que tudo me irá correr bem.	3.98	0.84	2	5
6. Faço coisas de forma simpática, o que faz as pessoas gostarem de mim.	3.96	0.87	1	5
7. Tenho fé em Deus.	3.87	1.16	1	5
8. Estou desejoso(a) de experimentar coisas novas.	3.94	0.77	1	5
9. Gosto de fazer bem o que faço.	4.54	0.58	3	5
10. Sinto que o que faço ajuda a que as coisas resultem.	4.25	0.55	3	5
11. Eu gosto de mim.	4.38	0.75	1	5
12. Eu posso concentrar-me numa tarefa e continuar com ela durante algum tempo.	4.25	0.61	2	5
13. Eu tenho sentido de humor.	4.33	0.69	1	5
14. Faço planos para realizar coisas.	4.13	0.76	2	5

No que diz respeito às médias totais das duas dimensões, os valores podem variar entre 15 e 30 para a escala *I have*, e entre 17 e 40 para a escala *I am/I can*, sendo que a média ponderada da dimensão *I am/I can* foi superior à da dimensão *I have* (tabela 9).

Tabela 9. Estatística Descritiva (M , DP , Min e Max) para as dimensões do MSR.

Dimensões	M	DP	Min	Max	Score (1-5)
<i>I am/I can</i>	33.77	3.66	17	40	4.22
<i>I have</i>	25.25	3.28	15	30	4.20
Escala total	59.03	6.21	35	70	4.21

Por sua vez, na escala FRAS, o item que obteve o valor médio mais baixo foi o “Todas as famílias têm problemas” ($M = 2.16$; $DP = 1.19$), enquanto que o item que alcançou a média mais elevada foi o item “Raramente ouvimos os membros da família acerca das suas preocupações ou problemas” ($M = 2.67$; $DP = 0.99$) (Apêndice 3).

Relativamente às médias para cada uma das dimensões, é possível observar que a dimensão com a média mais baixa é a dimensão Capacidade para Dar Significado à Adversidade ($M = 6.98$; $DP = 2.63$), e a média mais elevada corresponde à Comunicação Familiar e Resolução de Problemas ($M = 63.67$; $DP = 20.67$), obtendo-se uma média total para a escala FRAS de 158.50 ($DP = 36.49$) (Tabela 10).

Tabela 10. Estatística Descritiva (M , DP , Min e Max) para as dimensões da FRAS.

Dimensões	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>
FCPS	63.67	20.67	27.00	105.00
USER	22.27	4.10	10.00	32.00
MPO	14.18	4.94	6.00	24.00
FC	9.98	2.93	5.00	16.00
FS	12.34	2.27	6.00	19.00
AMMA	6.98	2.63	3.00	12.00
Total	158.50	36.49	73.00	247.00

4.2. Influência das variáveis sociodemográficas na Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência

4.2.1. Comparação entre pais e mães de crianças com NE

De forma a compreender se existem diferenças entre pais e mães de crianças com NE, foi realizado o teste *Mann Whitney*. Os resultados mostraram que para as variáveis estudadas, coesão, adaptabilidade, coparentalidade e resiliência foram apenas encontradas diferenças estatisticamente significativas entre pais e mães na dimensão Triangulação ($p = .002$) da Escala da Coparentalidade (Tabela 11).

Tabela 11. Diferenças entre pais e mães para as variáveis coesão, adaptabilidade, cooperação, triangulação, conflito e resiliência.

	Pais (<i>n</i> = 32)		Mães (<i>n</i> = 53)		<i>U</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Coesão	38.96	6.37	39.54	6.32	776.5	.516
Adaptabilidade	29.96	5.26	28.92	4.16	706.5	.197
Cooperação	22.28	2.96	20.60	4.74	685.0	.134
Triangulação	17.00	4.93	11.52	7.23	510.0	.002
Conflito	19.34	4.22	16.05	5.77	578.0	.014
Resiliência (I am/I can)	34.28	3.19	33.47	3.91	743.5	.340
Resiliência I have	24.68	3.27	25.60	3.27	696.0	.165
Resiliência (total)	58.96	5.66	59.07	6.58	823.0	.820
FCPS	55.59	16.19	68.54	21.67	620.0	.038
USER	22.00	4.35	22.43	3.97	762.5	.436
MPO	12.18	3.88	15.39	5.15	563.0	.009
FC	10.43	3.20	9.71	2.75	742.0	.333
FS	11.87	1.96	12.62	2.41	659.0	.082
AMMA	5.90	1.95	7.64	2.79	572.0	.011

4.2.2. Comparação entre pais e mães de crianças com NE do gênero masculino e feminino

Para compreender se o gênero do filho com NE interfere na coesão, adaptabilidade, coparentalidade e resiliência dos pais, realizou-se igualmente o teste *Mann Whitney*, já que o grupo de pais com filhas é inferior a 30 (*n* = 24).

Na tabela 12 é possível analisar que os níveis médios de adaptabilidade e de resiliência (*I am/I can*, *I have*, Resiliência total), são significativamente superiores nos pais que têm meninas com NEE, do que no grupo de pais que têm meninos, no entanto, apenas a dimensão *I am/I can* é estatisticamente significativa.

Ao nível da resiliência familiar, nas escalas de Comunicação Familiar e Resolução de Problemas (FCPS), Manter uma Perspetiva Positiva (MPO) e Capacidade de Dar Significado à Adversidade (AMMA), as médias são mais elevadas nos pais com filhas, embora as diferenças encontradas não sejam estatisticamente significativas (Tabela 12).

Tabela 12. Diferenças entre pais com filhos do sexo masculino e feminino para as variáveis coesão, adaptabilidade, cooperação, triangulação, conflito e resiliência.

	Filhos (<i>n</i> = 61)		Filhas (<i>n</i> = 24)		<i>U</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Coesão	39.42	5.43	39.08	8.27	708.0	.814
Adaptabilidade	28.55	4.09	31.25	5.31	511.0	.030
Cooperação	21.37	4.03	20.87	4.73	716.5	.878
Triangulação	13.83	6.93	12.95	7.14	687.5	.656
Conflito	17.40	5.21	17.00	6.13	716.0	.876
Resiliência (I am/I can	33.24	2.95	35.12	4.85	445.5	.005
Resiliência I have	24.95	3.38	26.04	2.94	584.0	.146
Resiliência (total)	58.19	5.56	61.16	7.33	480.0	.014
FCPS	62.24	19.98	67.29	22.38	616.5	.259
USER	22.60	4.24	21.41	3.64	561.5	.095
MPO	14.00	4.79	14.66	5.38	666.0	.516
FC	10.44	3.06	8.83	2.23	497.0	.021
FS	12.45	2.36	12.04	2.03	614.0	.242
AMMA	6.81	2.52	7.41	2.91	645.0	.389

4.2.3. Comparação entre pais empregados e desempregados

Relativamente à situação face ao emprego, quando comparados pais empregados e desempregados constata-se que, nesta amostra, não existem diferenças significativas para nenhuma das variáveis estudadas (Tabela 13).

Tabela 13. Diferenças entre pais empregados e desempregados.

	Empregados (<i>n</i> = 58)		Desempregados (<i>n</i> = 27)		<i>U</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Coesão	39.46	6.02	39.03	7.00	741.00	.691
Adaptabilidade	29.60	4.70	28.70	4.41	707.00	.471
Cooperação	21.08	4.29	21.55	4.12	726.00	.586
Triangulação	12.68	7.11	15.51	6.31	592.50	.065
Conflito	16.63	5.10	18.70	5.99	595.00	.075
Resiliência (I am/I can	33.74	3.09	33.85	4.72	732.00	.628
Resiliência I have	25.20	2.81	25.37	4.18	687.50	.365
Resiliência (total)	58.94	5.07	59.22	8.26	694.50	.403
FCPS	67.70	20.18	55.00	19.33	512.00	.010
USER	22.43	3.32	21.92	5.46	763.00	.850
MPO	15.05	4.96	12.33	4.44	544.00	.023
FC	9.75	2.83	10.48	3.13	658.50	.237
FS	12.58	2.01	11.81	2.70	733.50	.635
AMMA	7.32	2.69	6.25	2.39	619.50	.117

4.2.4. Correlação entre resiliência, coparentalidade, coesão e adaptabilidade e as variáveis sociodemográficas

Ao analisarmos as relações entre as variáveis sociodemográficas com as variáveis coesão, adaptabilidade, coparentalidade e resiliência familiar, verificam-se algumas correlações significativas (Tabela 14).

A coesão não apresenta correlações significativas com nenhuma das variáveis sociodemográficas, mas a adaptabilidade apresenta uma correlação positiva moderada com as habilitações académicas ($r = .301$; $p = .005$) e uma correlação positiva baixa com o género da criança com NE ($r = .261$; $p = .014$).

No que diz respeito à coparentalidade, a cooperação apresenta uma correlação negativa baixa com o estado civil dos pais ($r = -.248$; $p = .022$) e a triangulação uma correlação negativa forte com a idade do filho com NE ($r = -.482$; $p = .000$), com o género dos pais ($r = -.383$; $p = .000$) e com o estado civil destes ($r = -.363$; $p = .001$).

Por sua vez, o conflito, também apresenta uma correlação negativa forte com a idade do filho ($r = -.358$; $p = .001$), uma correlação negativa moderada com o género dos pais ($r = -.294$; $p = .006$) e, uma correlação negativa fraca com o estado civil dos pais ($r = -.226$; $p = .038$).

Relativamente à resiliência individual, a dimensão *I am/I can* apresenta uma correlação positiva baixa com a idade ($r = .270$; $p = .012$), com a idade do filho ($r = .221$; $p = .042$) e com o género da criança com NE ($r = .232$; $p = .032$). A dimensão *I have* apresenta uma correlação positiva baixa com a profissão ($r = .225$; $p = .045$) e a resiliência individual total uma correlação positiva baixa com a idade do filho com NE ($r = .216$; $p = .048$) e com o género da criança com NE ($r = .216$; $p = .047$).

Finalmente, nas dimensões da resiliência familiar, verifica-se uma correlação forte muito significativa entre a Comunicação Familiar e Resolução de Problemas e a idade do filho ($r = .554$; $p = .000$), uma correlação positiva moderada com o género dos pais ($r = .305$; $p = .004$); uma correlação positiva forte com o estado civil ($r = .344$; $p = .001$) e uma correlação negativa baixa com a situação profissional atual ($r = -.228$; $p = .036$).

Encontramos ainda uma correlação positiva moderada entre a Utilização de Recursos Sociais e Económicos e o número de filhos ($r = .259$; $p = .017$) e a idade do filho ($r = .286$; $p = .008$).

A dimensão Manter uma Perspetiva Positiva apresenta uma correlação forte muito significativa com a idade do filho ($r = .440$; $p = .000$), com o género dos pais ($r = .316$; $p = .000$).

= .003) e com o estado civil ($r = .319$; $p = .003$). Quanto às Ligações Familiares, esta apresenta uma correlação fraca com a idade ($r = .224$; $p = .039$) e uma correlação negativa fraca com o género dos filhos com NE ($r = -.248$; $p = .022$). A Espiritualidade Familiar, por sua vez, apresenta uma correlação moderada com a idade ($r = .292$; $p = .007$), uma correlação baixa com o número de filhos ($r = .247$; $p = .023$) e uma correlação forte muito significativa com a idade do filho com NE ($r = .401$; $p = .000$).

Finalmente, verifica-se uma correlação forte muito significativa entre a dimensão Capacidade de Dar Sentido à Adversidade e a idade do filho com NE ($r = .457$; $p = .000$), com o género dos pais ($r = .320$; $p = .003$) e com o estado civil destes ($r = .295$; $p = .006$).

Tabela 14. Correlação entre Variáveis Sociodemográficas, Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência.

	Gén.	Idd.	Est_Cv	Hab_Ac	Sit_Prof.	Prof.	N.º Filhos	Idd_NEE	Gén_NEE
Coesão	.045	-.016	-.078	.181	-.030	-.126	.145	-.026	-.025
Adaptabilidade	-.110	-.072	.040	.301**	-.146	-.086	.075	-.144	.265*
Cooperação	-.194	-.005	-.248*	.033	.024	-.014	.062	-.178	-.054
Triangulação	-.383**	-.023	-.363**	.094	.123	-.147	-.104	-.482**	-.057
Conflito	-.294**	-.060	-.226*	.027	.131	-.041	-.115	-.358**	-.034
Resil.I am/I can	-.108	.270*	-.015	-.016	-.013	.002	.073	.221*	.232*
Resil. I have	.136	-.079	-.123	-.054	.029	.225*	-.140	.161	.150
Resil. (total)	.008	.118	-.074	-.038	.008	.121	-.031	.216*	.216*
FCPS	.305**	.158	.344**	-.074	-.228*	.073	.117	.554**	.110
USER	.052	.149	.178	-.155	-.051	-.024	.259*	.286**	-.131
MPO	.316**	.107	.319**	-.077	-.196	.065	.118	.440**	.061
FC	-.120	.224*	.015	.074	.100	-.174	.048	-.040	-.248*
FS	.160	.292**	.139	-.139	-.122	-.007	.247*	.401**	-.083
AMMA	.320**	.031	.295**	-.086	-.133	.106	.026	.457**	.102

* $p < .05$; ** $p < .01$

4.3. Relação entre Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência

4.3.1. Relação entre coesão, adaptabilidade e coparentalidade

Na Tabela 15 é possível analisar as correlações entre a coesão, adaptabilidade, cooperação, triangulação e conflito.

Relativamente à dimensão cooperação existe uma correlação significativa fraca com a coesão ($r = .215$; $p = .048$) e uma correlação significativa fraca entre o conflito e a adaptabilidade ($r = .219$; $p = .044$).

Evidenciam-se, ainda, correlações positivas fortes entre as dimensões da mesma escala: coesão e adaptabilidade ($r = .401$; $p = .000$), cooperação e triangulação ($r = .379$; $p = .000$), cooperação e conflito ($r = .440$; $p = .000$) e conflito e triangulação ($r = .888$; $p = .000$).

Tabela 15. Correlação entre coesão, adaptabilidade e coparentalidade.

	Coesão	Adaptabilidade	Cooperação	Triangulação	Conflito
Coesão	-	.401**	.215*	-.145	-.106
Adaptabilidade	.401**	-	.194	.205	.219*
Cooperação	.215*	.194	-	.379**	.440**
Triangulação	-.145	.060	.379**	-	.888**
Conflito	-.106	.219*	.440**	.888**	-

* $p < .05$; ** $p < .01$

As escalas de coesão e adaptabilidade permitem categorizar diferentes tipos de família, no entanto, neste estudo não foi feita essa análise.

4.3.2. Relação entre coesão, adaptabilidade e resiliência

No que diz respeito às correlações entre coesão, adaptabilidade e resiliência verifica-se a existência de correlações muito significativas moderadas e fortes entre estas variáveis (Tabela 16).

Tabela 16. Correlação entre adaptabilidade, coesão e resiliência.

	Adaptabilidade	Coesão
I am/I can	.361**	.442**
I have	.297**	.463**
Resiliência Total	.370**	.505**
FCPS	-.248*	.043
USER	-.119	.046
MPO	-.282**	.020
FC	-.015	.068
FS	-.251*	-.057
AMMA	-.285**	.099

* $p < .05$; ** $p < .01$

No que respeita às dimensões da resiliência individual existem correlações positivas significativas entre estas e a coesão e a adaptabilidade.

Relativamente à resiliência familiar, não existem correlações significativas entre as dimensões desta escala e a coesão.

No que respeita à adaptabilidade, existe uma correlação negativa moderada com Manter uma Perspetiva Positiva (MPO) ($r = -.282; p = .009$) e com a Capacidade de Dar Significado à Adversidade (AMMA) ($r = -.285; p = .008$) e uma correlação negativa baixa com a Comunicação Familiar e Resolução de Problemas (FCPS) ($r = -.248; p = .022$) e a Espiritualidade Familiar (FS) ($r = -.251; p = .021$).

4.3.3. Correlação entre Coparentalidade e Resiliência

A fim de verificar as possíveis relações entre a coparentalidade e a resiliência, recorreu-se a uma correlação de *Pearson* entre as diferentes dimensões de ambas as variáveis (Tabela 17). Podemos confirmar através da Tabela 17, que não existem correlações significativas entre a resiliência individual e a coparentalidade.

Encontra-se uma correlação negativa forte entre a Comunicação e Resolução de Problemas (FCPS) e a triangulação ($r = -.855; p = .000$) e o conflito ($r = -.757; p = .000$) e uma correlação negativa moderada com a cooperação ($r = -.255; p = .019$).

Verifica-se ainda uma correlação negativa moderada entre a cooperação e a dimensão Manter uma Perspetiva Positiva (MPO) ($r = -.268; p = .013$) e a dimensão Capacidade para Dar Sentido à Adversidade (AMMA) ($r = -.238; p = .028$).

Ao nível das Ligações Familiares, Espiritualidade Familiar e Capacidade de Dar Sentido à Adversidade (dimensões da resiliência familiar) existem correlações fortes muito significativas com a triangulação e o conflito (dimensões da coparentalidade), nomeadamente, uma correlação negativa muito significativa entre Manter uma Perspetiva Positiva com a triangulação ($r = -.834; p = .000$) e o conflito ($r = -.741; p = .000$), Espiritualidade Familiar com a triangulação ($r = -.475; p = .000$) e com o conflito ($r = -.428; p = .000$), entre a Capacidade para Dar Sentido à Adversidade e a triangulação ($r = -.853; p = .000$) e o conflito ($r = -.740; p = .000$).

Para além destas, existe ainda uma correlação positiva moderada entre as Ligações Familiares e a triangulação ($r = .338; p = .002$) e o conflito ($r = .290; p = .007$).

Tabela 17. Correlação entre Resiliência e Coparentalidade.

	Cooperação	Triangulação	Conflito
I am/I can	.174	-.050	-.010
I have	.127	-.165	-.101
Resiliência Total	.170	-.117	-.059
FCPS	-.255*	-.855**	-.757**
USER	.033	-.114	-.114
MPO	-.268*	-.834**	-.741**
FC	.124	.338**	.290**
FS	-.074	-.475**	-.428**
AMMA	-.238*	-.853**	-.740**

* $p < .05$; ** $p < .01$

4.3.4. Correlação entre as dimensões da resiliência individual e da resiliência familiar

Ao nível da resiliência individual verificam-se correlações moderadas e fortes desta variável com quase todas as dimensões da resiliência familiar, excetuando a dimensão Ligações Familiares (FC) e a Capacidade de Dar Significado à Adversidade (AMMA). Também a dimensão Espiritualidade Familiar (FS) não apresenta correlação significativa com a dimensão *I am/I can* (Tabela 18).

Tabela 18. Correlações entre as várias dimensões da Resiliência Individual e Resiliência Familiar.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. I am/I can	-	.601**	.906**	.034	-.063	-.050	-.057	-.072	.051
2. I have	.601**	-	.882**	.085	-.247*	.021	-.304**	-.138	.154
3. MSR Total	.906**	.882**	-	.065	-.168	-.018	-.194	-.116	.112
4. FCPS	.034	.085	.065	-	.304**	.943**	-.158	.643**	.914**
5. USER	-.063	-.247*	-.168	.304**	-	.279**	.550**	.565**	.182
6. MPO	-.050	.021	-.018	.943**	.279**	-	-.148	.630**	.877**
7. FC	-.057	-.304**	-.194	-.158	.550**	-.148	-	.158	-.185
8. FS	-.072	-.138	-.116	.643**	.565**	.630**	.158	-	.539**
9. AMMA	.051	.154	.112	.914**	.182	.877**	-.185	.539**	-

* $p < .05$; ** $p < .01$

No que diz respeito às correlações entre as dimensões da resiliência familiar é de destacar a correlação positiva forte entre a Capacidade de Comunicar e Resolver Problemas (FCPS) e a de Manter uma Perspetiva Positiva ($r = .943$; $p = .000$) e Espiritualidade Familiar (FS) e a Utilização de Recursos Sociais e Económicos (USER)

($r = .565$; $p = .000$). Destaca-se ainda a correlação entre as Ligações Familiares (FC) e a Utilização de Recursos Sociais e Económicos (USER) ($r = .550$; $p = .000$) (Tabela 18). Com exceção da dimensão *I have*, ($r = -.304$; $p = .005$) as Ligações Familiares (FC) não apresentam correlação significativa com mais nenhuma das dimensões da resiliência individual.

4.3.5. Impacto das variáveis sociodemográficas, da coesão e adaptabilidade na resiliência

De forma a testar a influência das variáveis sociodemográficas, da coesão e da adaptabilidade na resiliência recorreu-se a uma Regressão Linear Múltipla. As dimensões da variável coparentalidade não foram incluídas por não apresentarem qualquer correlação significativa com a resiliência (Tabela 19).

No modelo, exposto na Tabela 19, é possível verificar que as variáveis sociodemográficas avaliadas neste estudo juntamente com a coesão e a adaptabilidade explicam de forma significativa 49,8% da resiliência ($R = .706$; $R^2 = .498$; $p = .000$).

Apesar de, no conjunto as variáveis predizerem a resiliência, quando isoladas, apenas o número de filhos ($\beta = -.306$; $t = -3.149$; $p = .002$) e a coesão ($\beta = .528$; $t = 5.288$; $p = .000$), explicam esta variável.

Tabela 19. Regressão Linear Múltipla entre as variáveis sociodemográficas, a coesão e a adaptabilidade e a Resiliência Individual Total.

	β	T	p
Género NE	.132	1.353	.181
Idade	.185	1.781	.079
Situação Face ao Emprego	-.040	-.428	.670
Habilitações Académicas	-.086	-.730	.468
Género	-.015	-.160	.874
Idade NEE	.164	1.637	.106
Nº. Filhos	-.306	-3.149	.002
Profissão	.244	2.019	.047
Coesão	.528	5.288	.000
Adaptabilidade	.211	1.947	.056
$R = .706$; $R^2 = .498$; $p = .000$			

Capítulo 5 - Discussão dos Resultados

Quando pretendemos avaliar o impacto de uma criança com necessidades educativas numa família é importante referir que criar um filho/a com problemas vai exigir da família uma adaptação e um grande esforço psicológico para que esta se ajuste à nova realidade (Bayle & Martinet, 2008).

Perante este facto, torna-se pertinente caracterizar estas famílias em termos de coesão, adaptabilidade e coparentalidade para compreender o funcionamento e a forma de adaptação às situações adversas e, ao mesmo tempo, analisar a capacidade da família desenvolver resiliência.

Pretende-se assim, nesta discussão, perceber a relevância das correlações encontradas entre as variáveis deste estudo e a influência dos fatores sociodemográficos.

5.1. Caracterização das famílias relativamente à Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência

A primeira fase deste estudo teve como pretensão analisar a Coesão, a Adaptabilidade, a Coparentalidade e a Resiliência das famílias com filhos com NE e, a segunda fase, examinar de que forma se relacionam as mesmas variáveis nas famílias.

Numa investigação realizada por Jiménez, Lorence e colaboradores (2017), com uma amostra de 324 famílias em situação de risco psicossocial, os resultados revelaram igualmente que apenas a coesão obteve propriedades psicométricas aceitáveis, defendendo os autores a importância de revisão desta escala para que a mesma possa avaliar empiricamente este constructo, formulado teoricamente desde o Modelo Circumplexo do funcionamento familiar proposto por Olson, Russel e Sprenkle, (1989).

Schmidt, Barreyro e Maglio (2009) defendem que o inadequado funcionamento da subescala de Adaptabilidade está relacionado com a construção dos itens e do próprio instrumento, enfatizando a importância de esta ser reformulada.

Quando comparados os valores médios da Coesão e da Adaptabilidade verifica-se que os valores mais elevados se encontram na subescala de Coesão. O item mais elevado da escala encontra-se na subescala Coesão e o mais baixo na subescala Adaptabilidade, evidenciando assim que a maior parte das famílias neste estudo

apresentam uma boa coesão familiar e, na sua maioria não é afetada pela existência de uma criança com NE.

No que respeita à Coesão, verifica-se que a maior parte das famílias pertence ao tipo separado, situando-se no nível central da classificação, correspondente a famílias equilibradas, onde existe um maior funcionamento entre os seus membros, estando em conformidade com o Modelo Circumplexo do Funcionamento Familiar (Olson, Russel, & Sprenkle, 1989; 2000).

No que respeita à subescala Adaptabilidade, constata-se que mais de metade da amostra se concentra no tipo rígido, situação verificada através da disparidade entre itens, indicando que, os cuidados exigidos pelo/a filho/a com NE incorpora um conjunto de alterações na dinâmica familiar, nomeadamente, nos papéis e nas regras desempenhados por todos os membros do agregado, que poderá resultar em maior rigidez, exigida pelas características do/a filho/a com NE (Olson, 2000; Kor & Pirutinsky, 2013).

Nesta amostra não foram encontradas famílias *caóticas*, onde os papéis não estão bem definidos entre os membros, dando assim origem a reações de impulsividade nas tomadas de decisão (Olson, 2000).

Podemos assim concluir que, as famílias desta investigação apresentam ligações emocionais positivas, níveis reduzidos de conflito e que, apesar da rigidez e da dificuldade em alterarem os seus papéis, os membros são próximos uns dos outros ao nível das relações emocionais. Olson (2000) refere que valores elevadas nestas subescalas indicam fortemente que o sistema familiar é coeso, funcional e equilibrado em comparação com famílias que atingem pontuações mais baixas (Bolton, Praetorius, & Smith-Osborne, 2016).

Um estudo desenvolvido por Aldersey (2012) revelou que a capacidade da família restabelecer o seu equilíbrio após o nascimento de um filho/a com NE promove o desenvolvimento positivo da mesma, concluindo ainda que, quanto mais comprometidas se encontravam as famílias, mais fortes eram as suas interligações familiares. Na mesma perspetiva Behr, Summers e Turnbull (1989) afirmam que as características da criança com NE pode não representar fonte de stresse à família, ou seja, podem gerar emoções tanto positivas como negativas. Neste sentido, parece que, o aparecimento da deficiência poderá, em alguns casos, reforçar mesmo a relação do casal e ser percecionada como fonte de felicidade, fortalecimento de laços familiares, maior controlo, paciência e tolerância, entre outros (Turnbull, Turnbull, & Guess, 1988).

As pontuações da escala de coparentalidade indicam valores de coparentalidade muito positivos, o que significa que nesta amostra os pais revelam muita cooperação e pouca triangulação e conflito, ou seja, envolvimento conjunto e recíproco de ambos os progenitores na educação e decisões sobre a vida dos filhos.

Estes resultados vão ao encontro aos apresentados por Barbosa, Dessen e Silva (2015); Ekas, Lickenbrock e Withman (2010) e Noorlin e Broberg (2013), revelando que a existência de um/a filho/a com NE não é sinónimo de obstáculo ao ajustamento do casal, constituindo-se assim a coparentalidade um preditor muito importante no bem-estar da família.

Finalmente, no que respeita à resiliência, utilizou-se neste estudo duas escalas para avaliar este constructo: a escala MSR (para avaliar a resiliência individual) que está dividida em duas dimensões; *I am /I can* (Eu sou/ Eu posso) e *I have* (Eu tenho), e a escala FRAS (para avaliar a resiliência familiar) que se divide em seis dimensões: Comunicação Familiar e Resolução de Problemas (FCPS), Utilização de Recursos Sociais e Económicos (USER), Manter uma Perspetiva Positiva (MPO); Ligações Familiares (FC), Espiritualidade Familiar (FS) e Capacidade de Dar Sentido à Adversidade (AMMA).

Importa então referir que, ao nível da resiliência, tal como na coesão e na coparentalidade, os pais das crianças com NE evidenciam resultados elevados, quer na resiliência individual quer na resiliência familiar, podendo concluir-se que os pais desta amostra, perante a adversidade de ter um filho/a com necessidades educativas, estão a conseguir lidar de forma eficaz e adaptar-se à situação desenvolvendo resiliência para ultrapassar os acontecimentos stressantes.

Através dos resultados obtidos verifica-se que as famílias da nossa amostra comunicam para resolver os problemas utilizando os recursos que dispõem para ultrapassar as barreiras com que se defrontam no dia-a-dia.

De facto, estes resultados corroboram com outros estudos anteriormente realizados, nomeadamente a investigação de Andersey (2012); Fiamenghi e Messa, (2007); Paniagua, (2004); e Rooke e Pereira-Silva (2016), que assinalam que ter um filho com problemas não é sinónimo de desajuste familiar, pelo contrário, estas famílias podem ser capazes de se reorganizar e adaptar-se aos acontecimentos adversos demonstrando capacidade de resiliência, não se deixando ir abaixo facilmente, conseguindo desenvolver a comunicação e a coesão e tornando-se mais fortes e unidos para ultrapassar as ocorrências e os desafios.

5.2. Influência das variáveis sociodemográficas na Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência

A presente investigação teve como objetivo primordial analisar de que forma as variáveis sociodemográficas interferem na Coesão, Adaptabilidade, Coparentalidade e Resiliência nas famílias de filhos com necessidades educativas. Assim sendo, de acordo com os resultados encontrados, verifica-se que, o género dos pais não se relaciona com a coesão, a adaptabilidade, a resiliência individual e a resiliência familiar, exceto a dimensão Triangulação, sugerindo assim que, a capacidade da família (pais e mães) em comunicar para resolver conflitos, manter uma perspetiva positiva das situações e dar sentido à adversidade aumenta a resiliência e a cooperação entre o casal.

Apesar de alguns estudos apontarem diferenças significativas na forma como homens e mulheres percecionam o compromisso de cuidar e educar uma criança com NE, os nossos resultados vão ao encontro da literatura, suportando a ideia de que os pais e as mães têm a mesma perceção do tipo de relação coparental (Azinheiro, 2012; Geiger, 1996, citado por Deutsch, 2001).

A idade, a profissão do progenitor, a situação atual, o número de filhos e o género do filho com necessidades educativas não apresentam relação significativa com as variáveis estudadas. Uma justificação possível poderá ser o facto dos pais (género masculino) estarem cada vez mais presentes e envolvidos na vida e educação dos filhos e nas próprias tarefas domésticas, permitindo um melhor equilíbrio e organização das famílias, daí as pequenas diferenças que possam existir entre os dois géneros não serem significativas (Abidin & Brunner, 1995; Feinberg, 2003; Frizzo, Kreutz, & colaboradores, 2005).

Ao nível do estado civil dos progenitores verifica-se a existência de correlações significativas relativamente à triangulação e a algumas dimensões da resiliência familiar. Os resultados demonstram que, independentemente do estado civil dos pais, estes tendem a comunicar entre ambos e a perspetivar otimismo e positividade em relação aos filhos, cooperando e ajudando nos cuidados com estes. Estudos de Feinberg (2002) indicam que a responsabilidade conjunta no bem-estar da criança é o mais importante, tende a ver com a forma como o casal se apoia mutuamente para resolver os assuntos e não como gerem o conflito face à educação dos seus filhos (Feinberg, 2002).

A adaptabilidade apresenta uma correlação positiva significativa com as habilitações académicas dos pais, o que nos sugere que, quanto maior for o nível de habilitações dos pais maiores serão os níveis de adaptação experimentados pela família. Estes resultados são consistentes com outros estudos desenvolvidos por Bronfenbrenner e Evans (2000), Ferreira (2013) e Paniagua (2004), em que as habilitações académicas dos pais funcionam como elemento protetor de adaptação e resiliência na família.

Relativamente à idade do filho com NE esta parece ter um forte impacto nas variáveis em análise, verificando-se que, quanto maior for a resiliência da família menores são a triangulação e o conflito. Pais que comunicam e resolvem os problemas em conjunto, desenvolvem ligações familiares e mantêm otimismo e positividade, apoiando-se muitas vezes no suporte espiritual como forma de superar os problemas.

Valores elevados na coparentalidade, nomeadamente na Cooperação, revelam que os pais tendem a apoiar-se e mais ainda quando os filhos com NE são mais novos, provavelmente, pelo facto de as crianças mais pequenas necessitarem de mais cuidados e os pais terem de se unir e cooperar em conjunto para se adaptarem à condição dos filhos, situação corroborada pelos autores Margolin, Gordis e John (2001), que afirmam que a coparentalidade em casais com filhos/as em idade pré-escolar exige níveis mais elevados de cooperação e um grande trabalho conjunto para responder às necessidades das crianças.

Por outro lado, a resiliência familiar tende a aumentar à medida que o filho vai crescendo e as responsabilidades se expandem, justificados pela necessidade de adaptação constante, por parte dos pais e dos filhos com NE, devido às características particulares e alterações que vão surgindo. Neste sentido, torna-se pertinente referir que, a resiliência é um processo que permite uma adaptação afetiva a elevados níveis de stresse, através da mobilização de recursos individuais e ambientais, sendo também um fator de proteção familiar muito importante perante a adversidade (Brondeel, Buysse, & colaboradores, 2012).

Assinale-se ainda que, não existem neste estudo diferenças estatisticamente significativas entre os pais (progenitores) e o género das crianças com NE, exceto na dimensão *I am /I can* (recursos internos), podendo esta diferença estar relacionada com o facto das crianças possuírem características individuais próprias que, por sua vez, terão influência na educação atribuída pelos pais, na atribuição de papéis e na gestão de conflitos (Feinberg, 2003).

Do mesmo modo, os pais tendem a comportar-se de forma diferente à frente dos filhos conforme o género destes. McHale (1995) verificou através dos seus estudos que perante a existência de problemas conjugais o pai tende a retrair-se na relação na presença de uma menina e a mostrar-se mais competitivo e agressivo na presença de um filho rapaz, evidenciando assim que, o género dos filhos influencia a coparentalidade (Feinberg & Kan, 2008; McHale, 1995), no entanto, na nossa amostra, não obtivemos esses resultados.

Relativamente ao grupo de pais empregados e desempregados verifica-se que não existem diferenças entre os grupos para as variáveis estudadas, embora a dimensão mais afetada pareça ser a Comunicação Familiar e Resolução de Problemas.

Em modo de conclusão podemos referir, através dos resultados encontrados neste estudo, que a maior parte das variáveis sociodemográficas correlacionam com a Coesão, a Adaptabilidade e a Coparentalidade, contribuindo para a adaptação e para a Resiliência Familiar, situação corroborada por outros estudos (Olson, 2000; Rutter, 2012; Walsh, 2003).

5.3. Relação entre Resiliência, Coparentalidade, Coesão e Adaptabilidade

A Coparentalidade é entendida como a forma como as figuras parentais trabalham conjuntamente os papéis de pais e a responsabilidade para o bem-estar da criança que se encontra aos seus cuidados e educação (Bosa & Sifuentes, 2010; Frascarolo et al., 2009).

Segundo a literatura, a coparentalidade funciona como mediadora da coesão e da adaptabilidade (Feinberg, 2003), no entanto, no presente estudo, não foram encontradas correlações significativas entre a coparentalidade e a coesão e a adaptabilidade, existindo apenas correlações fortes e positivas entre as dimensões da mesma escala. Os resultados encontrados podem ser explicados pela gestão conjunta da família e o nível de suporte familiar que estas experimentam (Feinberg, 2003).

O presente estudo apresenta resultados muito semelhantes com os estudos desenvolvidos por Ferreira (2009) e Ferreira (2013). Ambos os estudos foram justificados pela desejabilidade social dos participantes, uma vez que o conteúdo das questões da escala poderá desencadear desconforto pelas situações de exposição do casal, levando-os a moderar alguns comportamentos socialmente censuráveis.

De referir que, a escala da coparentalidade tem levantando algumas dúvidas relativamente à sua validade, uma vez que os dados originais foram recolhidos num grupo com um nível socioeconómico mais elevado (Margolin, Gordis, & John, 2001), podendo existir enviesamentos quando os mesmos são aplicados a grupos socioeconómicos mais baixos (Elliston, McHale, & colaboradores, 2008), o que sucede com a amostra deste estudo, justificando desta forma os resultados encontrados.

Na nossa investigação, tal como no estudo realizado por Ferreira (2009) não foram encontradas correlações significativas entre a coparentalidade e a resiliência individual. No que respeita à resiliência familiar, verificam-se algumas correlações negativas fortes entre a Comunicação e Resolução de Problemas, a Triangulação e o Conflito e Manter uma Perspetiva Positiva com a Triangulação e o Conflito, entre a Espiritualidade Familiar e a Triangulação e o Conflito e, entre a Capacidade para Dar Sentido à Adversidade e a Triangulação e o Conflito, significando estes resultados que, quanto maior a capacidade da família em comunicar e resolver os problemas e for capaz de manter uma perspetiva positiva das situações adversas, menor é a triangulação e o conflito, uma vez que a família se torna mais cooperante, forte e unida, aumentando a sua resiliência.

Segundo Connor e Davidson (2003), a presença de um maior conflito na família pode estar associada a características como confiar nos próprios instintos, a tolerância e os afetos negativos, podendo sugerir ainda que, se os cônjuges confiarem nos seus instintos poderão aumentar o conflito, caso não existem estratégias para resolver o mesmo. Desta forma, a existência de níveis elevados de triangulação e conflito pode estar associado a pessoas pouco resilientes ao nível das ligações familiares.

No nosso estudo os resultados apontam para níveis bastante positivos de coparentalidade nas famílias da nossa amostra, evidenciando que as famílias cooperam e partilham as tarefas conjuntamente, demonstrando capacidade de resiliência.

Relativamente à relação entre a coesão, a adaptabilidade e a resiliência verificou-se que existem correlações significativas, demonstrando que estes conceitos interrelacionam-se entre si, no entanto, neste estudo, a coesão não se correlacionou com nenhuma dimensão da resiliência familiar, significando que quanto maior a adaptabilidade da família a situações stressantes ou adversas, como a que se constitui ter um filho com NE maior a resiliência familiar uma vez que são claras e definidas as regras e os papéis pelos membros da família (Martins, 2014; Sen & Yurtsever, 2007).

Esta influência foi encontrada em outros estudos com amostras distintas (Apolónio & Franco, 2002; Walsh, 2003).

Como apontado pela literatura, a coesão, a adaptabilidade e a coparentalidade são fatores familiares muito importantes no funcionamento familiar, nomeadamente em famílias com crianças com NE (Kor & Pirutinsky, 2013), podendo constituir-se como fortes promotores de resiliência e funcionar como facilitadores da adaptação familiar a situações de crise (Olson, 2000; Rutter, 2012; Walsh, 2003).

O Modelo Circumplexo defende que níveis equilibrados de coesão e adaptabilidade são mais adaptativos e promovem um funcionamento familiar saudável enquanto os níveis mais elevados ou muito baixos refletem um funcionamento familiar problemático (Olson, 2011, citado por Kor & Pirutinsky, 2013). No presente estudo, apenas foram identificadas 27 famílias como desequilibradas ao nível da coesão e da adaptabilidade.

Perante os resultados obtidos podemos inferir que os pais da nossa amostra não parecem sofrer grandes alterações no funcionamento familiar quando são confrontados com um/a filho/a com NE, independentemente da condição de vulnerabilidade que possam experimentar, pois perante situações adversas mostram níveis elevados de coesão e adaptabilidade para lidar com as mudanças e as necessidades dos/as filhos/as, revelando resiliência e capacidade de entendimento e equilíbrio para ultrapassar as dificuldades que enfrentam tornando as relações mais fortes entre ambos (Masten, 2013; 2014; 2015).

De referir que, algumas variáveis sociodemográficas, nomeadamente, o género e o estado civil dos pais e a idade da criança com NE têm um papel preponderante na promoção de resiliência familiar, tal como evidencia a literatura (Bronfenbrenner & Evans, 2000; Ferreira, 2013; Fiagmenghi & Messa, 2007; Paniagua, 2004).

Relativamente à Coparentalidade esta atua como fator protetor ao nível da resiliência nas famílias com filhos com NE, permitindo que os pais em conjunto tomem atitudes mais adequadas ao desenvolvimento dos filhos para ultrapassar as adversidades com que se deparam no dia-a-dia.

Os resultados deste estudo permitem ainda evidenciar que a presença de uma criança com NE na família não é necessariamente um fator de risco, podendo mesmo contribuir para que haja um equilíbrio entre os progenitores. Nos estudos desenvolvidos por Turnbull, Guess e Turnbull (1988) os investigadores identificaram aspetos positivos na relação entre pais e filhos com deficiência, nomeadamente, fortalecimento de laços

familiares, capacidade de tolerância e felicidade, sugerindo que nem todas as famílias de crianças com NE apresentam uma adaptação negativa.

A literatura tem demonstrado que as famílias que conseguem enfrentar as adversidades que vão encontrando na vida conseguem desenvolver forças e recursos pessoais e familiares que promovem o crescimento e o desenvolvimento de todos os membros da família (McCubbin & McCubbin, 1988), situação corroborada por Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011), que defendem que existem indivíduos que quando são confrontados com situações adversas conseguem superá-las e sair mais fortalecidos.

No presente estudo, constata-se que a maioria dos pais da nossa amostra apresenta níveis bastante satisfatórios de coesão, adaptabilidade e coparentalidade, assim como níveis elevados de resiliência individual e familiar, que lhes permite bons níveis de ajustamento e adaptação entre os seus membros para enfrentar situações de crise, como é o caso de ter um filho com NE, demonstrando níveis bastante satisfatórios de coesão, adaptabilidade e coparentalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi elaborado com o objetivo geral de analisar a coesão, a adaptabilidade, a coparentalidade e a resiliência em famílias com filhos com NE, e perceber, fundamentalmente, de que forma estas variáveis atuam enquanto fatores promotores de resiliência nas famílias com filhos que apresentam NE.

Na primeira parte deste trabalho, analisou-se a literatura científica da área de forma a definir os conceitos centrais deste estudo e conhecer as suas implicações no contexto e dinâmica familiar das famílias com filhos com NE.

Assim, no primeiro capítulo, foram abordados os conceitos da família como um sistema, as NE e a família das crianças com NE, enquadrando o estudo numa perspetiva teórica, para um melhor entendimento das mudanças que têm vindo a ocorrer ao longo do tempo relativamente a esta temática.

No segundo capítulo, abordou-se os fatores promotores de resiliência nas famílias, analisando-se as variáveis deste estudo, nomeadamente, a coesão e a adaptabilidade familiar, a coparentalidade e o funcionamento familiar e, por último, a resiliência nas famílias.

Tendo em atenção que o nascimento de um/a filho/a é sempre um momento de adaptação que provoca mudanças significativas no ambiente familiar, ter um/a filho/a que apresenta necessidades educativas poderá vir a constituir-se como uma mudança mais profunda e stressante para as famílias, que terão de enfrentar dificuldades e desafios até ali desconhecidos (Costa, 2004).

Para além do impacto na vida dos pais toda a família é atingida na sua estrutura e funcionalidade, passando este acontecimento a estar ligado ao processo de desenvolvimento dessa família e ao modo como vão enfrentar a realidade (Frias, 2013).

A literatura tem evidenciado que algumas famílias conseguem lidar melhor que outras com a adversidade, desenvolvendo forças e recursos internos que promovem o crescimento de todos os membros da família (McCubbin & McCubbin, 1998), assim sendo, as dificuldades dos filhos podem não ser um impedimento à dinâmica familiar, podendo esta fortalecer-se ou integrar-se consoante o nível de ajustamento da família bem como da adaptação efetiva à condição da criança (Fiamenghi & Messa, 2007).

Os resultados da presente investigação demonstraram que os pais das crianças com NE da presente amostra apresentam níveis elevados de coesão, adaptabilidade,

coparentalidade e resiliência. Apenas a dimensão Adaptabilidade é mais baixa, constatando-se que a maioria dos participantes da amostra se concentra no tipo rígido, o que nos poderá sugerir que, os cuidados exigidos pelo/a filho/a com NE implicam um conjunto de alterações na dinâmica familiar, nomeadamente, nos papéis e nas regras desempenhados por todos os membros do agregado, exigida pelas características do/a filho/a com NE (Olson, 2000; Kor & Pirutinsky, 2013).

Apesar dos valores baixos obtidos na dimensão adaptabilidade, apenas 27 famílias foram avaliadas como desequilibradas, situando-se a maioria dos participantes da amostra no tipo meio-termo, podendo-se desta forma concluir que estamos perante famílias ajustadas e que apresentam ligações emocionais positivas.

Deste modo, a presente investigação evidencia que, ter um/a filho/a com NE não faz com que os valores médios destas variáveis se apresentem baixos.

Embora as famílias possam revelar alguma dificuldade em alterar os seus papéis, os membros demonstram união e estratégias de enfrentamento adequadas, ainda que com dinâmicas familiares diferentes do que é tradicional, como referido na literatura, utilizam todos os recursos ao seu alcance para que se produzam as mudanças necessárias para o equilíbrio e estabilidade funcional (Aldersey, 2012; Nielsen, 1999; Paniagua, 2004; Pereira-Silva & Rooke, 2016).

Estes resultados parecem assim comprovar a ideia do que é defendido na literatura de que, nem todas as famílias de crianças com NE apresentam uma adaptação negativa, apresentando-se a coesão, a adaptabilidade e a coparentalidade como indicadores muito importantes para o ajustamento emocional e familiar e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da resiliência.

Como limitações a este estudo considera-se que a escala de coparentalidade, sendo medida através de hetero-avaliação do parceiro, poderá causar alguma desejabilidade social, enviesando os resultados, assim como o tamanho da amostra, pois a seleção de uma população com características específicas nem sempre se revela fácil de obter.

No caso desta investigação, um dos Agrupamentos de Escolas que foi contactado não colaborou, o que dificultou o número de participantes deste estudo.

Uma outra limitação poderá ter sido o tempo dispendido no preenchimento dos questionários, algumas pessoas mostraram “cansaço” e outras, com um nível de literacia mais baixo, necessitaram constantemente de ajuda para perceber as perguntas, podendo desta forma, ter causado igualmente alguma desejabilidade social nas respostas, tentando

os pais dar respostas que acreditam ser “socialmente aceites” em vez das respostas que correspondem à sua própria realidade.

Como perspetiva para investigações futuras, sugere-se o desenvolvimento de estudos similares em populações de maiores dimensões, com amostras noutras zonas do país, assim como estudos longitudinais e comparativos entre pais com filhos com NE e pais com filhos sem NE, com o objetivo de se verificar se existem diferenças significativas ao nível da resiliência, da coparentalidade, coesão e adaptabilidade nestes grupos ao longo do desenvolvimento dos/as filhos/as, assim como, estudos com amostras mais homogéneas relativamente ao género dos pais para que se possa ter melhor perceção das diferenças..

Tendo em atenção que a escala de adaptabilidade neste estudo mostrou um valor de alfa de *Cronbach* inaceitável, recomenda-se que seja efetuado novo estudo de análise das características psicométricas desta escala para que os resultados encontrados possam ser confirmados. Segundo Schmidt, Barreyro e Maglio (2009), o inadequado funcionamento da subescala de Adaptabilidade está relacionado com a construção dos itens e do próprio instrumento, enfatizando a importância de esta ser reformulada em estudos futuros.

Não obstante as limitações enunciadas, parece-nos pertinente intervir com estas famílias nas questões relativas à Coesão e Adaptabilidade, promovendo a flexibilidade familiar, uma vez que as famílias deste estudo se revelaram maioritariamente rígidas, situação esta que poderá dificultar o processo de adaptação e ajuste a situações de adversidade.

Em jeito de conclusão, é importante referir que este estudo permitiu perceber a dinâmica familiar das famílias com filhos com NE ao nível da coesão, adaptabilidade, coparentalidade e resiliência, mostrando de uma forma geral resultados positivos e que vão de encontro à literatura.

Entendemos deste modo que, este estudo poderá representar um útil contributo para intervenções futuras relativamente à prática do Psicólogo Educacional com estas famílias, implementando programas de intervenção adequados e que permitam que a família se fortaleça e desenvolva de forma positiva, saudável e feliz com base na força e resiliência familiares.

Referências Bibliográficas

- Abidin, R., & Brunner, J. (1995). Development of a Parenting Alliance Inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, 24(1), 31-40.
- Agostinho, A. (2009). *Filhos na escola e filhos adultos: a relação entre funcionamento familiar, parentalidade e resiliência*. Tese de Mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares – uma visão sistémica*, (3ª Ed). Coimbra: Quarteto Editora.
- Aldersey, H. (2012). Family perceptions of intellectual disability understanding and support in Dar es Salaam. *African Journal of Disability*.
- Alves, A. (2003). *Alcoolismo paterno e comportamento/rendimento escolar dos filhos – contribuição para o seu estudo*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade do Porto. Porto.
- Azinhão, L. (2012). *Coparentalidade e desenvolvimento de competências sócio-emocionais em crianças do 1º ciclo do ensino básico*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora. Portugal.
- Baião, C. (2008). *Aliança Parental e Estilos Parentais em Famílias com e sem Crianças Autistas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Baltazar, S. (2013). *A inclusão de crianças com paralisia cerebral em contexto educativo – percepções dos docentes do ensino regular, ensino especial e atividades de enriquecimento curricular*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa.
- Bayat, M. (2007). Evidence of resilience in families of children with autism. *Journal of Intellectual Disability Research*, 51(9), 702-714.
- Bayle, F. & Martinet, S. (2008). *Perturbações da Parentalidade*. Lisboa: Climepsi.
- Beja, M. (2009). *Escola e Família: da inevitabilidade da comunicação à construção de uma realidade relacional (Estudo exploratório no 1º Ciclo do Ensino Básico)*. Tese de Doutoramento. Universidade da Madeira. Madeira. Portugal.
- Bertalanffy, L. (1972). *Théorie générale des systems*. Paris: Dunod.

- Binyamini, I. (2016). Positive aspects of coping among mothers of adolescent children with development disability in the Druze community in Israel. *Journal of Intellectual & Developmental Disability, 41*(2), 97-106.
- Bolton, K., Praetorius, R. & Smith-Osborne, A. (2016). *Resilience Protective Factors in Older Adult Population: A Qualitative Interpretative Meta-Synthesis*. National Association of Social Workers.
- Brás, S. (2009). *Famílias Numerosas vs Não-Numerosas: Um olhar sobre os desafios parentais e familiares*. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Lisboa. Universidade de Lisboa.
- Brandão, J., Mahfoud, M., & Gianordoli-Nascimento, I. (2011). *A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens*. *Páideia, 21*(49), 263-271.
- Brondel, R., Buysse, A., Maes, B., & Migerone, F. (2012). Quality of Life in Adolescents with a Disability and Their Parents: The Mediating Role of Social Support and Resilience. *Journal of Development and Physical Disabilities, 24*, 487-503.
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. (2000). Development Science in the 21st Century. Emerging questions theoretical models. *Research designs and empirical findings. Social Development. Coronel University, 9*(1), 115-125.
- Brown, O., Howcroft, G., & Muthen, T. (2010). Resilience in families living with a child diagnosed with hyperactivity/attention deficit disorder. *South African Journal of Psychology, 40*(3), 338-350.
- Buscaglia, L. (1997). *Os Deficientes e seus Pais*. Trad. Raquel Mendes. 3^a Edição. Rio de Janeiro: Record.
- Caldera, Y., & Lindsey E. (2006). Coparenting, mother-infant interaction, and infant parent attachment relationships in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 20*(2), 275-283.
- Camacho, P., Léon, N., & Silva, M. (2009). Funcionamiento Familiar según el modelo circunplejo de Olson en adolescents. *Revista Enfermagem Hereditaria, 2*(2), 80-85.
- Cêpeda, T. (2014). Perturbações do Desenvolvimento Intelectual. In P. Monteiro (Ed). *Psicologia e Psiquiatria da Infância e da Adolescência*. Lisboa: Lidel Edições técnicas, 529-541.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2^a Ed). Hillsdale. NJ: Erlbaum.

- Colissi, A., Wendling, M. (2011). Pais de filhos com deficiência mental: Sentimentos, vivências e desafios perante a sociedade. In *I Salão de Extensão, pesquisa e pós-graduação IX mostra de iniciação científica*. Taquara, 3-8/out.
- Coll, C., Marchesi, A., Palacios, J. (2004). *Desenvolvimento psicológico e educação, transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Connor, K. (2006). Assessment of resilience in the aftermath of trauma. *Journal of Clinical Psychiatric*, 67(2), 46-49.
- Connor, K., & Davidson, J. (2003). Development of a new resilience scale: The Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). *Depression and Anxiety*, 18, 76-82.
- Costa, M. (2004). A Família com Filhos com Necessidades Educativas Especiais. *Millenium: Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu*, 30, 74-100.
- Cortina, J. (1993). What is coeficiente alfa? An examination of theory and applications. *Journal of Applied Psychology*, 78, 98-104.
- Coutinho, M. (2004). Apoio à família e formação parental. *Análise Psicológica*, 22(1), 55-64.
- Cowan, P., & Cowan, C. (1992). *When partners become parents: The big life change for couples*. New York: Basic Books.
- Curral, R., Dourado, F., Torres, A., Barros, H., Palha, A., & Almeida, L. (1999). Coesão e Adaptabilidade familiares numa amostra portuguesa: estudo com o FACES III. *Psiquiatria Clínica*, 20(3), 213-217.
- Cuzzocrea, F., Larcán, R., & Westh, F. (2013). Family and Parental Functioning in Parents of Disabled Children. *Nordic Psychology*, 65(3), 271-287.
- Dancey, C., & Reidy, J. (2011). *Statistics Without Maths for Psychology: Using SPSS for Windows*. New York: Prentice Hall/Pearson.
- Das, S., Das, B., Nath, K., Dutta, A., Bora, P., & Hazarika, M. (2017). Impact of stress, coping, social support and resilience of families having children with Autism: A North Est India-based study. *Asian Journal of Psychiatric*, 28, 133-139.
- Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro de 2008. *Diário da República*, nº4 – I Série. Ministério da Educação.
- Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho de 2018. *Diário da República*, nº129 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros.

- Decreto-Lei n. ° 116/2019 de 13 de setembro de 2019. *Diário da República*, nº176 – I Série. Assembleia da República.
- Deutsch, F. (2001). Equally shared parenting. *Current Directions in Psychological Science*, 10(1), 25-28.
- Dias, M. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica – O processo de comunicação no sistema familiar. *A família um Sistema dinâmico*. Universidade Católica Portuguesa, 19, 139-156.
- Elliston, D., McHale, J., Talbot, J., Parmley, M. & Kuerstens-Hogan, R. (2008), [versão eletrónica]. Withdrawal from Coparenting Interactions during early infancy. *Family Process*, 47(4), 481-499.
- Falceto, O. (1997). *Famílias com desenvolvimento funcional e disfuncional: Validação das escalas diagnósticas FACES III, Beavers-Timberlawn e Avaliação Global do Funcionamento Interacional (GRAF)*. Dissertação de pós-graduação não publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Farray, M. (2012). O conceito de resiliência no contexto dos sistemas socio-ecológicos. *Ecologia*, 50-62.
- Fay, M., & Proschan, M. (2010). “Wilcoxon-Mann-Whitney or t-test? On assumptions for hypothesis tests and multiple interpretations of decision rules”. *Statistics Surveys*, 4, 1-39.
- Feinberg, M. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child & Family Psychology Review*, 5, 173-195. doi: 10.1023/A:1019695015110
- Feinberg, M. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting: Science and Practice*, 23(2), 95-131.
- Feinberg, M., & Kan, M. (2008). Establishing family foundations: Intervention effects on coparenting, parent/infant well-being, and parent-child relations. *Journal of Family Psychology*, 22, 253-263.
- Ferreira, M. (2009). *Geometria Social: Um Estudo sobre Coparentalidade e Resiliência em Famílias Portuguesas e Imigrantes de Baixo Nível Socioeconómico*. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Lisboa. Universidade de Lisboa.

- Ferreira, P. (2013). *Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente e as suas implicações no núcleo familiar: um estudo regional*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa.
- Fewell, R. (1986). A handicapped Child in the Family. In R. Fewell, & P. Vadasy (Eds), *Families of Handicapped Children: Needs and Supports Across the Life Span*. Austin, TX: Pro-Ed., 4-34.
- Fiamenghi, G., & Messa, A. (2007). Pais, Filhos e Deficiência: Estudos sobre as Relações Familiares. *Psicologia Ciência e Profissão*, 236-245.
- Fortin, M. (1999). *O processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Franco, V. & Apolónio, A. (2002). Desenvolvimento, Resiliência e Necessidades das Famílias com Crianças Deficientes. *Revista Ciência Psicológica*, 8.
- Frascarolo, F., Dimitrova, N., Zimmermann, G., Favez, N., Kuerten-Hogan, R., Baker, J., & McHale, J. (2009). Présentation de l'adaptation française de "l'échelle de coparentage" de McHale pour familles avec jeunes enfants. *Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence*, 57(3), 221-226.
- Fraser, M., Galinsky, M., & Richman, J. (1999). Risk, protection, and resilience: toward a conceptual framework for social work practice. *Social work Research*, 23(3), 131-143.
- Frias, S. (2013). *Perspetivas dos encarregados de educação de alunos com NEE, sobre a inclusão e a escola no percurso escolar dos seus educandos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Fernando Pessoa. Porto.
- Frizzo, G., Kreutz, C., Schmidt, C., Piccinini, C. & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 15(3), 84-94.
- Goff, B., Monk, J., Malone, J., Staats, N., Tanner, A., & Springer, N. (2016). Comparing Parents of Children with Syndrome at Different Life Span Stages. *Journal of Marriage and Family*, 78(4), 1131-1148.
- Goldschmidt, T., da Costa, S., Teixeira, S., & Rebordão, C. (2014). Terapia familiar e intervenção sistémica. In P. Monteiro, *Psicologia e Psiquiatria da Infância e da Adolescência*. Lisboa. Lidel, 495-511.
- Greeff, A., & Nolting, C. (2013). Resilience in families of children with development disabilities. *Families, Systems, & Health*, 31(4), 396-405.

- Hiew, C. (1998). *Resilience: Development and Measurement*. Paper presented at the Graduate Department of Learning and Curriculum Development. Faculty of Education. Hiroshima University.
- Jones, E. (1999). *Terapia dos Sistemas Familiares: Desenvolvimento nas Terapias Sistêmicas da Escola de Milão* (Andersen, F., Trad.). Lisboa: Climepsi Editora.
- Jesus, P. (2009). *Coesão familiar, vulnerabilidade psicossocial e indicadores de psicopatologia na adolescência: Um estudo comparativo entre estudantes do ensino regular e estudantes do ensino profissional*. (Monografia de licenciatura não publicada). Universidade do Algarve. Faro.
- Jiménez, L., Lorence, B., Hidalgo, V., Menéndez, S. (2017). Análisis factorial de las escalas FACES (Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales) con familias en situación de riesgo psicossocial. *Universitas Psychologica*. España, 16(2), 1-12.
- Lamela, D., Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações de coparentalidade: *Revisão Crítica, Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216.
- Laranjeira, C. (2007). Do vulnerável ser ao resilience envelhecer: revisão de literature. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 23(3), 327-332.
- Larossa, S. (2002). El FACES II en la Evaluación de la Cohesión y la Adaptabilidad Familiar. *Psicothema*, 14(1), 159-166.
- Lickenbrock, D., Ekas, N., & Withman, T. (2010). Feeling good, feeling bad: Influences of marital perceptions on the children marital adjustment on well-being in mothers of children with autism spectrum disorder. *Journal of Autism & Development Disorders*, 41(7), 848-858.
- Madureira, P., & Leite, S. (2003). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Margolin, G., Gordis, E., & John, R. (2001). Coparenting: A Link Between Marital Conflict and Parenting in Two-Parent Families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21.
- Martínez-Pampliega, A., Iraugi, I., Galíndez, E., & Sanz, M. (2006). Family Adaptability and Cohesion Evaluations (FACES): Desarrollo de una version de 20 ítems en español. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 6(2), 317-338.
- Martins, M. (2005). *Contribuição para a análise de Crianças e Jovens em risco/resiliência e desenvolvimento*. (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Algarve. Faro.

- Martins, M. (2014). Resiliência Familiar: Revisão teórica, conceitos emergentes e principais desafios. In *Cadernos do GREI*, 10. doi: 10.13140/2.1.4365.245
- Masten, A., (2013). *Risk and resilience in development*. In P. D. Zelazo (Ed). The Oxford Handbook of development psychology. Self and Other. New York, NY: Oxford University Press, 2, 579-607.
- Masten, A., (2014). Global perspectives on resilience in children and youth. *Child Development*, 85, 6-20.
- Masten, A., & Monn, A., (2015). Child and Family resilience: A call for integrated Science, practice and professional training. *Family Relations*, 64(1), 5-21.
- McBride, B., & Rane, T. (1998). Parenting alliance as a predictor of father involvement: an exploratory study. *Family Relations*, 47(3), 229-236.
- McCubbin, H., & McCubbin, M. (1988). Typologies of resilient families: emerging roles of social class and ethnicity. *Family Relations*, 37, 247-254.
- McCubbin, M., & McCubbin, H. (1993). Families coping with illness: The Resiliency Model Family Stresse, Adjustment, and Adaptation. In C. Danielson, B. Hamel-Bissell & P. Winstead-Fry (Eds). *Families, Health & Illness*. Perspectives on coping and intervention. St. Louis: Mosby-Year Book.
- McHale, J. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: the roles of marital distresse and child gender. *Development Psychological*, 31(6), 985-996.
- McHale, J., Kuersten-Hogan, R., Lauretti, A., & Rasmussen, J. (2000). Parental reports of coparenting and observed coparenting behavior during the toddler period. *Journal of Family Psychology*, 14(2), 220-236.
- Meireles-Coelho, C.; Izquierdo, T.; Santos, C. (2007). Educação para todos e sucesso de cada um: do relatório Warnock à Declaração de Salamanca. J.M. Sousa (Org.). *Actas do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucesso: políticas e actores*, vol. 2, Universidade da Madeira, 178-189.
- Minuchin, S. (1974). *Families & Therapy*. New York: Harvard University Press.
- Minuchin, S. (1979). *Familles en thérapie*. Montréal: Editions France-Amérique.
- Minuchin, S. (1982). *Funcionamento e Tratamento*. Ed. Artes Médicas. Porto Alegre.
- Nielsen, L. (1999). *Necessidades Educativas Especiais na Sala de Aulas: Um Guia para Professores*. Porto: Porto Editora.

- Norlin, D., & Broberg, M. (2013). Parents of children with and without intellectual disability: Couple relationship and individual well-being. *Journal of Intellectual Disability Research*, 57(6), 552-566.
- Oliveira, M., V., L., Zanelato, L., & Neme, C. (2008). Resiliência: análise das publicações no período de 2000 a 2006. *Psicologia: Ciência e profissão*, 28(4), 754-767.
- Olson, D., Sprenkle, D., & Russell, C. (1979). Circumplex Model of Marital and Family System: I. Cohesion and Adaptability Dimensions, Family Types, and Clinical Applications. *Fam Process*, 18(1), 3-28.
- Olson, D., Russell, C., & Sprenkle D. (1980). Circumplex model of marital and family systems II: Empirical studies and clinical intervention. In Vincent J. (Ed). *Advances in family intervention, assessment and theory*. JAI. Greenwich CT, 129-179.
- Olson, D. (1986). Circumplex model VII: Validation studies and FACES III. *Family Process*, 25, 337-351.
- Olson, D., Russel, C. & Sprenkle, D. (1989). *Circumplex Model: Systemic Assessment and Treatment of Families*. New York: The Haworth Press.
- Olson, D. (1991). Commentary: Three-dimensional (3-D) circumplex model and revised scoring of FACES-III. *Family Process*, 30, 74-79.
- Olson, D., (1999). Circumplex Model of Marital & Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Olson, D. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Olson, D., & Gorall, D. (2003). Circumplex Model of marital and family systems. En F. Walsh (Ed). *Normal family processes: Growing diversity and complexity*. New York. London: The Guilford Press.
- Olson, D. (2011). FACES IV and the Circumplex model: Validation study. *Journal of Marital & Family Therapy*, 3(1), 64-80.
- Oñate, L., Calvete, E. (2017). Una aproximación cualitativa a los factores de resiliencia en familiares de personas con discapacidad intelectual en España. *Psychosocial Intervention*, 26(2), 93-101.
- Paniagua, A. (2014). The participation of immigrant families with children with SEN in schools: a qualitative study in the area of Barcelona. *European Journal of Special Needs Education*, 30(1), 47-60.

- Pedras, S., & Pereira, M. (2010). O papel da adaptabilidade familiar na adoção de comportamentos de saúde em filhos de veteranos de Guerra com sintomatologia traumática. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade do Minho, 1373-1387.
- Pedro, M., Ribeiro, M. (2015). Adaptação portuguesa do Questionário de Coparentalidade: Análise Fatorial Confirmatória e Estudos de Validade e Fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125.
- Pereira, A., (2001). Resiliência, personalidade, stress e estratégias de coping. Em J. Tavares (Org.). *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez, 77-94.
- Pereira, M. (2005). *Autismo – A família e a escola face ao autismo*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.
- Pinheiro, D. (2004). A resiliência em discussão. *Psicologia em estudo*, 9(1), 67-75.
- Pinto, A. (2011). *Ser mãe de uma criança com trissomia 21, sentimentos e expetativas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro. Aveiro.
- Pirutinsky, S., Kor, A. (2013). Relevance of the Circumplex Model to Family Functioning Among Orthodox Jews in Israel. *The New School Psychology Bulletin*, 10(2), 25-38.
- Place, M., Hulsmeier, J., Brownrigg, A., & Soulsby, A. (2005). The family adaptability and cohesion evaluation scale (FACES): an instrument worthy of rehabilitation? *Psychiatric Bulletin*, 29, 215-218.
- Poletto, M., & Koller, S. (2006). *Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica*. In *Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção*. São Paulo: Casa do psicólogo, 19-44.
- Prati, L., & Koller, S. (2011). *Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: Perspetiva da Psicologia Positiva*. *Psicologia Clínica*, 23(1), 103-118.
- Quitério, C. (2012). *A Criança com Necessidades Educativas Especiais: Implicações na dinâmica familiar* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve. Faro.
- Relvas, A. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A., & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto.
- Relvas, A. (2004). *O ciclo vital da família – Perspectiva Sistémica (3ª)*. Port: Edições Afrontamento.

- Ribeiro, C., Pires, S., & Sousa, L. (2004). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências e recursos. Observatório Permanente de Desenvolvimento Social. *Horizontes Sociais*, 4, 9-22.
- Ribeiro, M. (2007). *Família: Comunidade Educativa – Filhos hoje, pais amanhã*. Comunicação Oral no Auditório da Assembleia da República. Lisboa.
- Rodick, J., Henggeler, S., & Hanson, C. (1986). An Evaluation of the Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales and the Circumplex Model. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 14(1), 77-87.
- Rodrigo, M., Máiquez, M., Martín, J., & Byrne, S. (2008). *Preservación familiar: un enfoque positivo para la intervención con familias*. Madrid: Pirâmide.
- Rodrigues, D. (2006). Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In D. Rodrigues (Org.) *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva*. S. Paulo: Summus Editorial.
- Rooke, M., & Pereira-Silva, N. (2016). Indicativos de resiliência familiar em famílias de crianças com Síndrome de Down. *Estudos de Psicologia*, 33, 117-126.
- Ruela, A. (2001). *O aluno surdo na escola regular: A importância do contexto familiar e escolar*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57(3), 316-331.
- Rutter, M., & Schopler, E. (1992). Classification of pervasive developmental disorders: Some concepts and practical considerations. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 22(4), 459-482.
- Rutter, M. (2006). Implications of Resilience Concepts for Scientific Understanding. *Development Psychopathology*, SGDP. Centre, Institute of Psychiatric. New York Academy of Sciences, 1094, 1-12.
- Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, 24, 335-344. doi: 10.1017/S0954579412000028
- Rutter, M. (2013). Annual research review: Resilience – clinical implications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 54(4), 474-487. doi: 10.1111/j.14697610.2012.026-15.x
- Sawin, K., & Harrigan, M. (1995). *Measures of Family Functioning for Research and Practice*. New York: Springer Publishing Company.

- Schmidt, V., Barreyro, J., & Maglio, A. (2009). Escala de evaluación del funcionamiento familiar FACES III: modelo de dos o tres factores?. *Escritos de Psicología*, 3(2), 30-36.
- Shaffer, A., & Sroufe, A. (2006). The development and adaptational implications of generational boundary dissolution: Findings from a prospective, longitudinal study. In P. Kerig (Org.), *Implication of parent-child boundary dissolution for developmental psychopathology*. New York: Routledge, 67-84.
- Sen, E., & Yurtsever, S. (2007). Difficulties Experienced by Families with Disabled Children. *Journal for Specialists in Pediatric Nursing*, 12(4), 238-252.
- Sifuentes, M., & Bosa, C. (2010). Criando Pré-Ecolares com Autismo: Características e Desafios da Coparentalidade. *Psicologia em Estudo*, 15(3), 477-485.
- Silva, N., Dessen, M. (2001). Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(2), 133-141.
- Silva, H. (2009). Resiliência nos Jovens – *Relações Familiares e Auto-Conceito de Desempenho*. Tese de Mestrado. Universidade do Algarve. Faro.
- Silva, N., Dessen, M., & Barbosa, A. (2015). Ajustamento Conjugal: Comparação entre casais com e sem filho com deficiência intelectual. *Psico-USF*. Bragança Paulista, 20(2), 297-308.
- Simões, M. (2007). *Comportamentos de Risco na Adolescência*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sixbey, M. (2005). *Development of the Family Resilience Assessment Scale to Identity Family Resilience Constructs*. Dissertation Presented to the Graduate School of the University of Florida in partial fulfillment of the requirements for the Regrew of Doctor of Philosophy.
- Smith, S. (1996). *Clinical utility of the family adaptation and cohesion evaluation scales III (FACES III)*. Texas. EE. UU: Texas Tech University.
- Slepoj, V. (2000). *As Relações de Família*. Lisboa: Editorial Presença.
- Stigler, S. (2008). Fisher and the 5% level. *Chance*, 21(4), 12.
- Summers, J., Behr, S., & Turnbull, A. (1989). Positive adaptation and coping strengths of families who have children with disabilities. In: Singer, G., Irvin, L. (Orgs.). Support for caregiving families: *Enabling positive adaptation to disability*. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing CO, 27-40.

- Tribuna, M. (2000). *Famílias de acolhimento e vinculação na adolescência*. Dissertação de Mestrado em Famílias e Sistemas Sociais. Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra: Texto Policopiado.
- Tsibidaki, A., & Tsampanli, A. (2009). Adaptability and cohesion of Greek families: Raising a child with a severe disability on the island of Rhodes. *Journal of Family Studies, 15*(3), 245-259.
- Turnbull, H., Guess, D., & Turnbull, A. (1988). Vox populi and Baby Doe. *Mental Retardation*. American Psychological Association, *26*(3), 127-132.
- UNESCO (1994). *Necessidades Educativas Especiais: Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais*. Lisboa: IIE. Inovação, *7*(1), separata.
- Ungar, M. (2015). Practitioner Review: Diagnosing childhood resilience – a systemic approach to the diagnosis of adaptation in adverse social and physical ecologies. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 56*(1), 4-17.
- Uruk, A., Sayger, T., Cogdal, P. (2007). Examining the Influence of Family Cohesion and Adaptability on Trauma Symptoms and Psychological Well-Being. *Journal of College Student Psychotherapy, 22*(2), 51-63.
- Van Egeren, L., & Hawkins, D. (2004). Coming to Terms With Coparenting: Implications of Definition and Measurement. *Journal of Adult Development, 11*(3), 165-178.
- Vickers, H. (2001). Young children at risk: Differences in family functioning. *Journal of Educational Research, 87*(5), 262-270.
- Vilelas, J., Lucas, I., Silva, I., Nunes, A., Neves, I. (2013). Escala de Fatores de Resiliência de Takviriyann: Propriedades Psicométricas da Versão Portuguesa. *Pensar Enfermagem, 17*(1).
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21*, 181-186.
- Walsh, F. (2003). Family Resilience: A Framework for Clinical Practice. *Family Process, 42*(1), 1-19.
- Walsh, F. (2016). Family resilience: a development systems framework. *European Journal of Developmental Psychology, 13*(3), 313-324. doi: 10.1080/17405629.2016.1154035

- Warnock, (1978). *Special Education Needs Report of Committee of Enquiry into the Education of Handicapped Children and Young People*. London: Her Majesty's Stationery Office.
- Wedell, K. (1983). Conceitos de Necessidades Específicas de Educação. In *Cadernos do COOMP.*, 7/8, 19-26.
- Yoki, L. (2009). [versão eletrônica]. *Coparenting, temperament, and emotional understanding: Mediating and Moderating models leading to development of children's behaviour problems*. Thesis submitted in partial fulfillment of the Requirements to the degree of Bachelor of Arts with Honors in Psychology from the college of Literature, Science and Arts of the University of Michigan.

Apêndices

Apêndice 1 - Consentimento Informado

Consentimento Informado

Eu, Sandra Isabel Correia Diogo Rodrigues, encontro-me atualmente a realizar uma investigação no âmbito do Mestrado em Psicologia da Educação na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Helena Martins, tendo como tema “Os Contributos da Adaptabilidade, Coesão e Coparentalidade na Promoção de Resiliência Familiar – Crianças com Necessidades Educativas”.

Neste sentido, venho por este meio solicitar a sua colaboração neste estudo.

É condição obrigatória para a participação ter um ou mais filhos com necessidades educativas.

O procedimento de recolha de informação consiste na resposta aos instrumentos em anexo a este consentimento informado. É-lhe pedido que responda com a maior honestidade possível às perguntas que constam nos mesmos.

O preenchimento dos questionários tem uma duração aproximada de vinte a trinta minutos e toda a informação recolhida é confidencial e anónima. Os dados serão apenas utilizados no âmbito desta investigação.

A sua participação é voluntária, podendo, a qualquer momento, recusar participar, desistir e invalidar que os seus dados sejam utilizados.

Caso tenha alguma dúvida, coloque-a em qualquer momento. Se desejar obter outros esclarecimentos acerca da investigação pode contactar-me através do e-mail: gabpsicosd@hotmail.com ou do número de tlm: 968 030 527.

Após a conclusão do estudo, poderá receber os resultados, se assim o desejar, sendo necessário, para isso, indicar o seu endereço de *e-mail*.

Ao assinar, concorda que foi informado/a acerca do procedimento; que compreendeu toda a Informação e que teve oportunidade de colocar questões e de obter respostas que esclarecessem as suas dúvidas. Declara ainda, que aceita participar de livre vontade e que autoriza a utilização dos dados no âmbito deste estudo.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

E-mail: _____

Apêndice 2 - Questionário Sociodemográfico

Questionário Sociodemográfico:

Este questionário destina-se à recolha de informação dos pais de crianças com necessidades educativas.

Agradecemos que leia com atenção cada questão e assinale com um X a resposta que se adequa à sua situação.

1. Sexo:

Masculino Feminino

2. Idade: _____ anos

3. Estado Civil:

Solteiro(a):

Casado(a) / União de Facto:

Divorciado(a):

Viúvo(a):

4. Habilitações Literárias:

Ensino Básico:

Ensino Secundário:

Ensino Superior:

Outro: _____

5. Composição do Agregado Familiar:

Mãe: Pai:

Filhos: 1 filho 2 filhos 3 filhos 4 filhos 5 filhos

Avó materna Avô Materno

Avó paterna Avô paterno

Outros: _____

6. Situação Profissional atual:

Empregado(a) a tempo inteiro:

Empregado(a) em tempo parcial:

Desempregado(a):

7. Profissão: _____

8. Nº. de filhos: _____

9. Idade dos filhos:

1º. filho 2º. filho 3º. filho 4º. filho 5º. filho

10. Posição do(s) filho(s) com NEE na fratria: _____

11. Sexo do(s) filho(s) com NEE:

Masculino Feminino

Apêndice 3 - Estatística Descritiva (M, DP, Min e Max) para os itens da Escala FRAS

Tabela 12. Estatística Descritiva (M, DP, Min e Max) para os itens da Escala FRAS

Item	M	DP	Min	Max
1. Todas as famílias têm problemas.	2.16	1.19	1	4
2. Tudo aquilo por que passamos como família acontece por uma razão.	2.39	.77	1	4
3. A nossa estrutura familiar é suficientemente flexível para lidar com o inesperado.	2.39	.86	1	4
4. Os nossos amigos fazem parte das nossas atividades diárias.	2.66	.77	1	4
5. Os nossos amigos valorizam o que somos.	2.39	.86	1	4
6. As regras na nossa família não são inflexíveis.	2.46	.73	1	4
7. As regras na nossa família mudam de acordo com as necessidades.	2.28	.88	1	4
8. As coisas que fazemos uns pelos outros fazem-nos sentir parte da família.	2.32	1.08	1	4
9. Aceitamos as situações stressantes como fazendo parte da vida.	2.34	.84	1	4
10. Aceitamos que os problemas podem surgir sem estarmos à espera.	2.33	.98	1	4
11. Todos temos opiniões nas grandes decisões familiares.	2.34	.97	1	4
12. Somos capazes de lidar com a dor e chegar a um entendimento.	2.41	.82	1	4
13. Adaptamo-nos às exigências que nos surgem enquanto família.	2.31	.84	1	4
14. Temos cuidado com o que fazemos pelos amigos.	2.42	.84	1	4
15. Temos cuidado com o que dizemos uns aos outros.	2.53	.91	1	4
16. Na nossa família estamos abertos a novas maneiras de fazer as coisas.	2.38	.89	1	4
17. Somos compreendidos pelos outros membros da família.	2.44	.78	1	4
18. Pedimos ajuda ou assistência aos vizinhos.	2.51	.85	1	4
19. Frequentamos a igreja/sinagoga/mesquita.	2.56	1.02	1	4
20. Acreditamos que os amigos se podem aproveitar de nós.	2.39	.80	1	4
21. Acreditamos que conseguimos lidar com os nossos problemas.	2.31	.86	1	4
22. Pedimos esclarecimentos se não nos entendemos uns aos outros.	2.40	.93	1	4
23. Podemos ser honestos uns com os outros na nossa família.	2.33	1.09	1	4
24. Em nossa casa podemos desabafar sem aborrecer ninguém.	2.31	.95	1	4
25. Conseguimos chegar a um acordo quando os problemas surgem.	2.32	.90	1	4
26. Conseguimos lidar com as diferenças na família em aceitar uma perda.	2.34	.87	1	4

27. Podemos depender das pessoas da nossa comunidade.	2.38	.80	1	4
28. Na nossa família podemos questionar o significado por detrás das mensagens.	2.38	.69	1	4
29. Conseguimos resolver grandes problemas.	2.42	.86	1	4
30. Conseguimos sobreviver se outro problema surgir.	2.39	.95	1	4
31. Na nossa família podemos falar sobre o modo como comunicamos.	2.35	.93	1	4
32. Conseguimos funcionar enquanto família durante uma dificuldade.	2.33	1.00	1	4
33. Consultamo-nos uns aos outros acerca das decisões.	2.34	1.03	1	4
34. Encaramos os problemas de forma positiva para resolvê-los.	2.31	.80	1	4
35. Discutimos os problemas e sentimo-nos bem com as soluções.	2.46	.72	1	4
36. Discutimos as coisas até chegarmos a uma solução.	2.41	.89	1	4
37. Fazemos trabalho voluntário na comunidade.	2.36	.97	1	4
38. Sentimo-nos livres para expressar as nossas opiniões.	2.27	.96	1	4
39. Sentimo-nos bem investindo tempo e energia na nossa família.	2.29	1.08	1	4
40. Sentimos que as pessoas da nossa comunidade estão dispostas a ajudar em caso de emergência.	2.48	.91	1	4
41. Sentimo-nos seguros vivendo nesta comunidade.	2.47	.78	1	4
42. Sentimo-nos “tomados como certos” pelos membros da família.	2.41	.73	1	4
43. Sentimos que somos fortes ao enfrentar grandes problemas.	2.34	.97	1	4
44. Ficamos aborrecidos quando alguém reclama na nossa família.	2.49	.84	1	4
45. Temos amigos próximos de quem gostamos realmente.	2.47	1.11	1	4
46. Temos fé num ser Supremo.	2.48	1.03	1	4
47. Temos força para resolver nossos problemas.	2.33	.98	1	4
48. Guardamos os nossos sentimentos para nós mesmos.	2.64	.72	1	4
49. Sabemos que a comunidade ajudará se houver algum problema.	2.55	.72	1	4
50. Sabemos que somos importantes para os nossos amigos.	2.45	.82	1	4
51. Aprendemos com os erros uns dos outros.	2.40	.91	1	4
52. Na nossa família dizemos o que realmente queremos dizer.	2.39	.93	1	4
53. Participamos em atividades específicas para a nossa situação.	2.44	.73	1	4
54. Participamos em atividades da igreja.	2.44	1.07	1	4

55. Recebemos presentes e favores dos vizinhos.	2.59	.99	1	4
56. Procuramos ajuda de conselheiros religiosos.	2.51	1.06	1	4
57. Raramente ouvimos os membros da família acerca das suas preocupações ou problemas.	2.67	.99	1	4
58. Na nossa família nós dividimos as responsabilidades.	2.31	.90	1	4
59. Demonstramos amor e carinho uns pelos outros.	2.24	1.15	1	4
60. Dizemos uns aos outros o quanto nos preocupamos com eles.	2.32	1.14	1	4
61. Consideramos que a nossa comunidade é boa para criar os nossos filhos.	2.45	.76	1	4
62. Achamos que não nos devemos envolver muito com as pessoas da nossa comunidade.	2.40	.73	1	4
63. Acreditamos que as coisas vão resolver-se, mesmo nos tempos difíceis.	2.40	.94	1	4
64. Procuramos novas maneiras de lidar com os problemas.	2.35	.88	1	4
65. Entendemos a forma de comunicar dos outros membros da família.	2.40	.77	1	4
66. Esforçamo-nos para ter a certeza de que os membros da família não estão emocional ou fisicamente magoados.	2.41	.95	1	4

Anexos

Anexo 1- Questionário de Coparentalidade

Questionário de Coparentalidade (QCOP)

Gayla M., Elana B. G. & Richard S. J., 2001

(Versão Portuguesa: Marta Pedro & M. Teresa Ribeiro, 2008)

Instruções: Por favor, leia cada frase do questionário e pense com que frequência o seu marido/companheiro ou a sua mulher/companheira atua deste modo consigo. Depois de escolher a sua resposta, assinale-a com um círculo.

Para cada afirmação escolha uma alternativa.

O meu marido / companheiro...

ou

A minha mulher / companheira...

Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5
1. ...conta-me muitas coisas acerca do nosso filho.			1 2 3 4 5	
4. ...pergunta a minha opinião sobre assuntos relacionados com o ser pai/ser mãe.			1 2 3 4 5	
5. ...participa na resolução dos problemas disciplinares relacionados com o nosso filho.			1 2 3 4 5	
8. ...quando discutimos, tenta manipular o nosso filho para que este tome o partido de um de nós.			1 2 3 4 5	
9. ...envia-me mensagens pelo nosso filho em vez de falar diretamente comigo.			1 2 3 4 5	
12. ...discute comigo por causa do nosso filho.			1 2 3 4 5	
13. ...concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do nosso filho.			1 2 3 4 5	
14. ...enfraquece, pouco a pouco, a minha posição de Pai/Mãe.			1 2 3 4 5	



Anexo 2 – Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale – (FACES III)

Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale – FACES III

Olson e col. (1985)

(Versão adaptada à população portuguesa por Curral et al., 1999)

Leia cuidadosamente cada afirmação e assinale com uma cruz (X) a opção que, na sua opinião, melhor corresponda à realidade. Não há respostas certas ou erradas ou para dar boa ou má impressão. Pretende-se apenas saber o seu ponto de vista. As respostas são confidenciais. Não deixe nenhuma resposta em branco.

Para cada afirmação escolha uma alternativa.

Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5
1. Os membros da família pedem ajuda uns aos outros.			1 2 3 4 5	
4. Os filhos têm uma palavra a dizer no que diz respeito à sua educação.			1 2 3 4 5	
7. Os membros da família sentem-se mais próximos de outros membros da família do que de pessoas de fora.			1 2 3 4 5	
10. Os pais e filhos discutem os castigos conjuntamente.			1 2 3 4 5	
11. Os membros da família sentem-se muito próximos uns dos outros.			1 2 3 4 5	
14. As regras podem mudar na nossa família.			1 2 3 4 5	
17. Os membros da família consultam outros membros da família sobre as suas decisões.			1 2 3 4 5	
20. É difícil dizer quem faz cada uma das tarefas domésticas.			1 2 3 4 5	



Anexo 3 – Measuring State Resilience (MSR)

Measuring State Resilience (MSR)

Chock C. Hiew, 1998

(Versão adaptada à população portuguesa por Martins, 2005)

Instruções: Segue-se um conjunto de afirmações usadas pelas pessoas para se descreverem a si próprias. Leia cuidadosamente cada afirmação e **faça um círculo** sobre o número, que melhor indica o seu grau de concordância ou discordância face ao que é afirmado. (Todas as afirmações devem ser antecidas pela expressão "no momento atual").

Para cada afirmação escolha uma alternativa.

Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

No momento atual:

1. Tenho alguém que gosta de mim.	1	2	3	4	5
4. Sei que posso contar com a minha família quando preciso.	1	2	3	4	5
5. Eu acredito que tudo me irá correr bem.	1	2	3	4	5
8. Estou desejoso(a) de experimentar coisas novas.	1	2	3	4	5
9. Gosto de fazer bem o que faço.	1	2	3	4	5
10. Sinto que o que faço ajuda a que as coisas resultem.	1	2	3	4	5
13. Eu tenho sentido de humor.	1	2	3	4	5
14. Faço planos para realizar coisas.	1	2	3	4	5

Anexo 4 – Family Resilience Assessment Scale (FRAS)

Family Resilience Assessment Scale - FRAS

Sixbey (2005)

(Versão adaptada à população portuguesa por Martins, Faray, Rocha, Sousa, Franco, 2013)

A presente escala tem como objetivo avaliar a capacidade da família para ultrapassar adversidades. Leia cuidadosamente cada afirmação e assinale com uma cruz (X) a opção que melhor descreve a sua família.

Obrigada pela colaboração!

Para cada afirmação escolha uma alternativa.

	Discordo Totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Totalmente 4
1. Todas as famílias têm problemas.	1	2	3	4
2. Tudo aquilo por que passamos como família acontece por uma razão.	1	2	3	4
9. Aceitamos as situações stressantes como fazendo parte da vida.	1	2	3	4
17. Somos compreendidos pelos outros membros da família.	1	2	3	4
18. Pedimos ajuda ou assistência aos vizinhos.	1	2	3	4
30. Conseguimos sobreviver se outro problema surgir.	1	2	3	4
31. Na nossa família podemos falar sobre o modo como comunicamos.	1	2	3	4
34. Encaramos os problemas de forma positiva para resolvê-los.	1	2	3	4
40. Sentimos que as pessoas da nossa comunidade estão dispostas a ajudar em caso de emergência.	1	2	3	4
51. Aprendemos com os erros uns dos outros.	1	2	3	4
57. Raramente ouvimos os membros da família acerca das suas preocupações ou problemas.	1	2	3	4
58. Na nossa família nós dividimos as responsabilidades.	1	2	3	4
60. Dizemos uns aos outros o quanto nos preocupamos com eles.	1	2	3	4

